

Introdução

1. Contextualização

O contexto histórico no qual se insere esta dissertação está ligado a um período muito interessante da cronologia da cidade do Porto. Como procuraremos explicar nas páginas que se seguem, o século XIV define um ponto de viragem, alterando profundamente o *status quo* das estruturas de poder na cidade, que se definia por um domínio de um senhor eclesiástico sobre o espaço, já desde o início do século XII. Assim sendo, entendemos que era particularmente pertinente focarmo-nos na viragem do século XIV para o século XV, tentando englobar os reinados de D. Fernando (1367-1383) e de D. João I (1385-1433), correspondentes a um momento fulcral na história da cidade do Porto, nomeadamente no contexto da crise política do final do século. Sobretudo no reinado de “O de Boa Memória” estão reunidas as condições que permitiam à coroa auferir dos proventos que a actividade comercial no Porto, em crescimento, lhe proporcionava. Este fator criou uma ligação íntima entre o Rei e o povo da urbe, que desde sempre procurou o apoio da coroa para fazer frente aos entraves que por vezes eram colocados pelos poderes eclesiásticos vigentes, e que iam contra a expansão de uma população de vocação mercantil, cuja propensão para o comércio marítimo viria a enriquecer e prestigiar a cidade.

Todo este contexto fez com que, ao longo da Idade Média, se assistisse no Porto a um fenómeno de triangulação de poderes, no qual o Rei tem que comunicar tanto com os poderes eclesiásticos que governam a cidade, como com os poderes municipais encabeçados pelos vereadores e juizes, homens poderosos com grande influência. Tendo sempre em conta este fenómeno de triangulação de poderes, impossível de evitar quando falamos da cidade do Porto na Idade Média, o trabalho que se segue procurará debruçar-se particularmente na interação da coroa com o episcopado portugalense, procurando perceber de que forma é que a Coroa se foi relacionando com o poder episcopal, de modo a preparar a transição do senhorio da cidade, esclarecendo o discurso e a acção política das duas instituições. Para tal, dividimos este trabalho em três partes: após uma primeira abordagem sobre o tema, apresentaremos um estado da questão realçando algumas obras que se relacionam com o nosso objecto de estudo. Segue-se uma contextualização mais alargada do tema, procurando gizar a evolução da cidade do Porto e do seu contexto político, apresentando os principais conflitos que tiveram o domínio da cidade como razão principal, com o objectivo de descrever a presença régia na cidade do Porto até ao reinado

de D. Fernando. Finalmente, passamos à interpretação das fontes recolhidas, fazendo, a partir delas, uma apreciação das relações traçadas entre o rei e o clero portuense, almejando retratar de que forma é que estas se processaram, qual o seu carácter e as suas repercursões. Para atingir este objetivo, dividimos as fontes consoante a origem da sua entidade produtora e o enquadramento social dos destinatários de forma a conseguir uma perspetiva mais acertada da relação do Rei, mas também, da interação do Cabido com a população da cidade no período considerado.

2. Estado da Arte

Para abordar o tema que definimos, é necessário compreender a multiplicidade de matérias que o estudo das relações de poder no Porto engloba, pois o contexto político da cidade exige uma diversificação bastante considerável de assuntos a abordar. Procurámos, por isso, conhecer mais profundamente e reflectir sobre bibliografia que versa sobre as matérias históricas que compreendem a cidade do Porto ao longo da Idade Média, mas também da história eclesiástica, para melhor percebermos o funcionamento das suas instituições e assim, enquadrarmos as acções do cabido do Porto e a sua relação com o Rei.

Começando pelas obras de carácter geral, podemos afirmar que, em Portugal, a historiografia da Igreja começou a alargar-se verdadeiramente a partir do segundo quartel do século XX. Desde então o panorama historiográfico tem sido relativamente mais escasso no que toca à publicação de grandes obras relativas à História Eclesiástica, ficando o panorama historiográfico marcado pela publicação de um número relativamente elevado de teses e de artigos científicos de forma dispersa sendo que o enfoque maior tem sido dado à história da Igreja enquanto instituição, merecendo a história da religiosidade uma menor atenção por parte dos historiadores nacionais. No entanto, é nesta fase que surge uma obra seminal no estudo da Igreja em Portugal, isto é, o nome de Fortunato de Almeida e a sua obra "História da Igreja em Portugal", particularmente o primeiro volume que se dedica aos tempos medievos, editada pela primeira vez entre 1910 e 1928. Optámos por seleccionar a nova edição¹, de 1967 e dirigida por Damião Peres, por se encontrar mais actualizada que a anterior edição. Esta obra é de consulta praticamente obrigatória para o estudo da Igreja em Portugal, não só porque abrange uma cronologia bastante alargada, como oferece uma abordagem generalizada da história eclesiástica do nosso país. Fortunato de Almeida não se cingiu a fazer uma retrospectiva cronológica da implementação da igreja em Portugal, mas antes subdividiu a obra de forma a que, para além de debater assuntos relacionados com a história social, não descurou a dimensão social e religiosa da malha eclesiástica. Relativamente ao primeiro volume, há uma série de capítulos que se revelam particularmente úteis para este trabalho, nomeadamente, os capítulos relativos ao desenvolvimento das dioceses que seguem uma perspectiva cronológica, desde as dioceses

¹ ALMEIDA, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, nova ed., dir. Damião Peres, Vol 1, Barcelos: ed Portucalense, 1967

primitivas até ao final do reinado de D. João II nos quais, o autor reserva, uma parte destinada a retratar a diocese do Porto. Além disso, Fortunato de Almeida inclui ainda pequenas biografias muito simples de cada um dos bispos de cada diocese ao longo da cronologia estudada. Assim, esta obra funciona como uma excelente base de apoio para estudar qualquer tema relacionado com a história eclesiástica do país, ainda que em alguns aspetos se encontre bastante desactualizada.

A historiografia portuguesa produziu ainda algumas obras gerais de História da Igreja que convém destacar. Em primeiro lugar, refira-se a obra do Padre Miguel de Oliveira intitulada de “História Eclesiástica de Portugal”². Não tendo um carácter tão extensivo como a obra de Fortunato de Almeida este livro, oferece-nos alguns apontamentos interessantes relativamente à História da Igreja no nosso país, tendo um âmbito cronológico muito alargado. Saliento aqui o primeiro capítulo³, particularmente onde o autor faz uma retrospectiva dos conflitos entre os reis e o clero nos reinados de D. Sancho I, D. Afonso II e D. Afonso III⁴. Ainda assim, foi preciso esperar até ao início do novo século para que fosse publicada uma obra mais completa e actualizada relativamente a este tópico. Falo de duas obras dirigidas por Carlos Moreira Azevedo, a saber, a História Religiosa de Portugal⁵ e o Dicionário de História Religiosa de Portugal⁶. Ambas as obras têm o valor de terem sido o fruto da contribuição de uma geração mais recente de historiadores com diferentes percursos historiográficos, refletindo assim, o avanço científico sobre a História da Igreja em Portugal. A primeira obra está dividida em três volumes contendo, portanto, um tratamento bastante extensivo destas matérias ao longo de uma cronologia muito alargada. No volume 1 são apresentadas praticamente todas as temáticas relacionadas com a história do clero no Portugal medieval, tendo capítulos reservados ao estudo da Igreja enquanto instituição, mas também ao lado espiritual. Destaco fundamentalmente os capítulos destinados ao tratamento da organização eclesiástica do espaço peninsular⁷, do património, direitos e rendimentos eclesiásticos e o capítulo relativo aos conflitos entre monarquia e Igreja. Já o

² OLIVEIRA, Miguel de, *História Eclesiástica de Portugal*, ed. revista e actualizada por A. Roque de Almeida, Mem Martins: Publicações Europa-América, 1994.

³ OLIVEIRA, Miguel de, *História Eclesiástica de Portugal*, pp.79 a 127

⁴ OLIVEIRA, Miguel de, *História Eclesiástica de Portugal*, pp.87 a 90

⁵ *História religiosa de Portugal*, 3 vols., dir. AZEVEDO, CARLOS MOREIRA, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000

⁶ *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, dir. AZEVEDO, Carlos Moreira, Lisboa, Círculo de Leitores: 2000-2001

⁷ *História religiosa de Portugal...*, “A construção de uma Igreja:Agentes e Estruturas de enquadramento eclesiásticos”, pp.135 a 337.

Dicionário de História Religiosa de Portugal surge como um importante auxiliar de trabalho, fornecendo um conjunto muito elevado de definições para os mais variados termos relacionados com a História eclesiástica.

Para além das obras referidas nas linhas anteriores é igualmente importante o artigo de Hermínia Vilar publicado em 2002 na revista *Lusitania Sacra*⁸ que constitui uma reflexão sobre as teses de mestrado e doutoramento relativas ao estudo da História da Igreja em Portugal defendidas entre ano 1995 e 2000 nas várias universidades portuguesas, anos considerados pela autora como “(...)serem responsáveis pelo aumento significativo dos estudos nesta área(...)”⁹.

Olhando agora para o contexto internacional, é pertinente referir alguns estudos sobre a história da Igreja, procurando estabelecer uma lista de obras cuja metodologia e temática tratadas podem servir como objetos de comparação. Em primeiro lugar, devem ser referidos títulos provenientes da Historiografia espanhola, entre os quais destaco “*La Iglesia en la España de los siglos VIII al XIV*”, dirigido por Javier Fernandez Conde¹⁰. Cobrindo uma vasta parcela da Idade Média, este volume retrata uma série de temas ligados com a organização (e reorganização) eclesiástica em Espanha ao longo dos séculos VIII a XIV, dando um especial enfoque ao processo de reorganização eclesiástica após a reconquista. Relativamente à historiografia hispânica saliento ainda *La Iglesia Antigua y Medieval* de José Orlandis, integrado na *Historia de la Iglesia*¹¹. Este livro, sendo de carácter geral e tendo um espaço de estudo alargado a todo o contexto europeu, contém uma série de conteúdos relevantes, destacando-se o capítulo dezassete dedicado às estruturas eclesiásticas europeias durante a Idade Média¹².

Para além do contexto peninsular, penso que é pertinente deixar aqui uma referência ao Vol.IV da colecção da Cambridge University Press intitulado “*The Cambridge History of*

⁸ VILAR, Hermínia Vasconcelos – *História da Igreja medieval em Portugal: um percurso possível pelas provas académicas (1995-2000)*. In: *Lusitania Sacra*, 2ª série, vol. 13-14 (2001-2002), pp.569-581.

⁹ VILAR, Hermínia Vasconcelos – *História da Igreja medieval em Portugal...*, p.571

¹⁰. In *Historia de la Iglesia en España*, dir. GARCIA-VILLOSLADA, Ricardo, Vol II: *La Iglesia en la España de los siglos VIII al XIV*, dir. CONDE, Javier Fernandez. Madrid, Editorial Católica: 1979. Neste estudo, vários autores tecem vários apontamentos relativamente à introdução do monaquismo nos vários reinos peninsulares (*Historia de la Iglesia en España...*, pp.348 a 405)

¹¹ ORLANDÍS, José, *Historia de la Iglesia*, vol 1: *La Iglesia Antigua y Medieval*, 4ª ed. Madrid: Libreria Palabra, 1982

¹² ORLANDÍS, José, *Historia de la Iglesia...*, pp.305 a 330

Christianity: Christianity in Western Europe .1100-c.1500"¹³. Esta obra, possui uma série de capítulos relevantes para a nossa investigação, particularmente o capítulo dois intitulado "Forging a Christian World"¹⁴, onde os autores discutem os vários âmbitos da expansão das instâncias temporais da Igreja na Europa Ocidental. Dentro da historiografia Inglesa penso que é importante destacar ainda outro estudo, desta feita da autoria de J. Derek Holmes intitulada "História da Igreja Católica"¹⁵. Destaco os capítulos 2, 3 e 4¹⁶ onde o autor faz uma retrospectiva da evolução da Igreja e dos seus principais momentos na História da Europa desde o grande cisma do oriente até à reforma protestante.

Feita uma breve referência às obras de carácter geral que se dedicam ao estudo da História da Igreja, mencionaremos de seguida algumas obras que se focaram essencialmente sobre a história da igreja no Porto.

A relação íntima entre a cidade e a Igreja tem um passado bastante remoto. Relativamente à presença do bispo do Porto na cidade ao longo dos tempos, para além da sua importância espiritual, sabe-se que deteve um poder considerável, controlando extensões de território que iam bem para além das fronteiras do couto. Dessa forma, é natural que se tenha produzido material historiográfico considerável, ainda que bastante disperso, não só no que respeita ao território também relativamente à cronologia a que se dedicam os estudos..

Para o estudo das relações de poder no Porto na Idade Média é sempre pertinente a consulta da monumental obra dirigida por Damião Peres intitulada "História da Cidade do Porto"¹⁷. No primeiro volume, dedicado essencialmente à Idade Média, existe um capítulo particularmente relevante que se dedica ao Porto enquanto cidade episcopal desde o século XII a século XIV¹⁸. Incluindo a transcrição de uma série de documentos originais (incluindo a transcrição do foral antigo da cidade do Porto)¹⁹, neste capítulo é feita uma abordagem sobre a evolução da cidade enquanto um couto episcopal, podendo por essa razão servir como ponto orientador de qualquer investigação relativa à cidade do Porto.

¹³ *The Cambridge History of Christianity: Vol IV. Christianity in Western Europe c.1100-c.1500*, ed. RUBIN, Mirin, SIMMONS, WALTER, Cambridge University Press, 2009

¹⁴ *The Cambridge History of Christianity: Vol IV. Christianity in Western Europe c.1100-c.1500...*, pp.73 a 135

¹⁵ HOLMES, J. Derek, *História da Igreja Católica*. Lisboa: Edições 70, 2006

¹⁶ HOLMES, J. Derek, *História da Igreja Católica...*, pp.23 a 138

¹⁷ *História da Cidade do Porto*, dir. PERES, Damião, CRUZ, António. Barcelos: Portucalense Editora, 1962

¹⁸ *História da Cidade do Porto*, dir. PERES, Damião..., pp.97 a 304

¹⁹ *História da Cidade do Porto*, dir. PERES, Damião..., pp.98 a 100

Não podemos deixar de referir a “História do Porto” dirigida por Luís António de Oliveira Ramos²⁰. Esta obra contém um parte redigida por Armindo de Sousa com o título de “Tempos Medievais” retratando a cronologia visada no presente trabalho, sendo que a nível das monografias de maior escala relativas a esta cidade, podemos dizer que esta obra é a mais atualizada.

Mais recentemente foi publicada em 14 pequenos volumes uma História do Porto que, tendo como objectivo a divulgação junto do público em geral, não deixa de contar com contribuições importantes que sintetizam o muito que se tem escrito sobre a cidade. Nesta coleção, interessam-nos particularmente o volume 2 intitulado “O poder dos Bispos: de D. Hugo a D. Vicente Mendes”²¹, o volume 3 “Da Luta pelo poder civil às guerras Fernandinas”²² e o volume 4 com o título “A cidade e o mestre : entre um rei bastardo e um príncipe perfeito”²³. Nas relações de poder no Porto medieval intervêm os responsáveis pelo governo local, pelo que é importante referir alguns trabalhos que visam o tratamento das Vereações da cidade do Porto. particularmente por estas representarem um simbolo do poder municipal portuense, podendo-nos dar informações valiosas relativamente aos conflitos entre poder civil e eclesiástico na cidade. Para os anos finais do século XIV, foram publicadas as atas de vereação dos anos 1390 a 1395 com notas de Magalhães Basto em 1937²⁴. Para o século XV, realça-se a publicação das atas de Vereação dos anos de 1401 e 1449 com nota prévia de J.A Pinto Ferreira²⁵. Para o mesmo século, desta feita para os anos de 1431 e 1432, foram publicadas as atas de vereação com notas, índice e leitura de Luís Miguel Duarte e João Alberto Machado²⁶. Estas colectâneas serviram como base documental para muitos dos estudos que citaremos relativas à governação do Porto, trabalhos estes que, sendo bastante dispersos relativamente à cronologia sobre a qual se debruçam, se focam essencialmente nos séculos XV e XVI. Outros trabalhos a indicar para esta cronologia são, a dissertação de

²⁰ História do Porto, dir. Luís António de Oliveira Ramos, 3ªed., Porto Editora, Porto, 2000

²¹ ALMEIDA, Paula Cardoso, *O poder dos bispos : de D. Hugo a D. Vicente Mendes*, Matosinhos: Quidnovi, 2010

²² MIRANDA, Flávio *A cidade dos mercadores : da luta pelo poder civil às guerras fernandinas*, Matosinhos: Quidnovi, 2010

²³ MIRANDA, Flávio, DUARTE, Luís Miguel, SEQUEIRA, Joana - *A cidade e o mestre : entre um rei bastardo e um príncipe perfeito*. Quidnovi, Matosinhos, 2010

²⁴ *Vereações : anos de 1390-1395 : o mais antigo dos Livros de Vereações do Município do Pôrto existente no seu Arquivo*. Ed. BASTO, A. Magalhães. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1937

²⁵ *Vereações : anos de 1401-1449 : o segundo livro de vereações do município do Porto existente no seu arquivo*. Ed. FERREIRA, João Pinto. Porto : Câmara Municipal do Porto, Gabinete de Histereações do me, Porto, 1980

²⁶ *Vereações : 1431-1432 : Livro I*, Ed. DUARTE, Luís Miguel e MACHADO, João Alberto. Porto : Arquivo Histórico, 1985

mestrado de Laura de Jesus do Paço “O Porto entre 1485 e 1488, segundo as actas das vereações”²⁷ e ainda a tese de mestrado de Maria Amélia da Silva Alves dos Santos intitulada “A administração municipal do Porto entre 1488 e 1498 segundo o livro 6 de vereações”²⁸. Para períodos posteriores,destaco ainda, a tese de mestrado de Adelaide Millan Costa intitulada “Vereação e vereadores : o governo do Porto em finais do século XV”²⁹, a tese de Maria Helena Barbosa Pinto com o título “A vereação municipal do Porto em 1545”³⁰, a dissertação de Emília Albertina Sá Pereira de Vasconcelos “Vereações na Câmara do Porto no ano de 1548”³¹ e ainda a tese de Maria Lúcia Afonso intitulada “O Porto segundo o Livro de Vereações de 1559.”³²

Mas os mecanismos do poder cívil no Porto não se limitam ao exercício da vereação. Assim, é importante destacar a tese de Ricardo Seabra “*Publicus tabellio in civitatis portugalensis*: estudo sobre o tabelionado no Porto medieval (1242 – 1383)”³³ onde o autor, para além de identificar os elementos de um importante grupo, tanto do ponto de vista social como económico, analisa a actuação do notariado público portuense nomeadamente junto dos principais agentes económicos sobre a cidade. Ainda relacionados com a escrita de documentos no Porto medieval, refiram-se os trabalhos de Maria João Oliveira e Silva. A sua tese de mestrado, intitulada “*Scriptores et notatores*: A produção documental na Sé do Porto (1113-1247)”³⁴, embora inserida num contexto de estudo paleográfico e diplomático, contém informações muito relevantes para o estudo do funcionamento da instituição diocesana e a sua relação com outras instâncias de poder medievo. Acrescente-se ainda a tese de doutoramento da mesma autora com o título “A Escrita na Catedral: A Chancelaria

²⁷ LOURO Laura de Jesus do Paço Viana , *O Porto entre 1485 e 1488, segundo as actas das vereações*. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto: 1997

²⁸ FIGUEIREDO, Maria Amélia da Silva Alves dos Santos , *A administração municipal do Porto entre 1488 e 1498 segundo o livro 6 de vereações*. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto: 1996

²⁹ COSTA, Adelaide Lopes Pereira Millan da - *Vereação e vereadores : o governo do Porto em finais do século XV*. Dissertação de mestrado apresentada à FLUP. Porto: 1989

³⁰ PINTO, Maria Helena Barbosa - *A Vereação municipal do Porto em 1545*. Dissertação de mestrado apresentada à FLUP. Porto: 2001

³¹ VASCONCELOS, Emília Albertina Sá Pereira de - *Vereações na Câmara do Porto no ano de 1548*. Dissertação de mestrado apresentada à FLUP. Porto: 2001

³² AFONSO, Maria Lúcia de Oliveira Lopes, *O Porto segundo o Livro de Vereações de 1559*. Dissertação de mestrado apresentada à FLUP. Porto: 2002

³³ SEABRA, Ricardo Lema Sinde Rosmaninho - “*Publicus tabellio in civitatis portugalensis: estudo sobre o tabelionado no Porto medieval (1242 – 1383)*”. Dissertação de Mestrado apresentada à FLUP. Porto: 2012

³⁴ SILVA, Maria João Oliveira e – “*Scriptores et notatores : a produção documental da Sé do Porto : 1113-1247*”. Dissertação de mestrado apresentada à FLUP: Porto, 2006

Episcopal do Porto na Idade Média”³⁵, que estuda aprofundadamente o funcionamento da chancelaria Episcopal Portuense e o seu impacto na produção documental na cidade. Para além de permitir um conhecimento mais avançado sobre este órgão administrativo, fornece-nos ainda uma série de anexos muito úteis elencando os vários bispos e oficiais eclesiásticos que passaram pela diocese do Porto, bem como um anexo documental que, ainda que não inclua a transcrição integral dos actos, nos permite perceber a produção da chancelaria episcopal Portuense.

O estudo das relações de poder na cidade do Porto não pôde deixar de ser complementado pela consulta de uma série de trabalhos académicos relativos ao estudo de algumas individualidades que, de algum modo, marcaram a história eclesiástica da cidade do Porto. Neste âmbito, destaco as teses de mestrado de Maria Alexandra Braga intitulada “Do Morro da Sé à Cúpula de Roma: D. Antão Martins de Chaves – prelado Portuense do século XV (1423-1447)”³⁶ e de Carlos Graf sobre “D. João Esteves da Azambuja : exemplo da interligação de poderes (séculos XIV e XV)”³⁷. Esta dissertação revelou-se de particular importância uma vez que retrata a vida de D. João Esteves da Azambuja, que durante a sua carreira ocupou cargos da mais variada espécie, tanto eclesiásticos como de régios e que teve algum protagonismo, em conjunto com outros prelados, nos acontecimentos sobre os quais nos debruçámos no presente estudo. A sua passagem pela cátedra de Bispo do Porto merece particular atenção pela forma como inclui a cidade num contexto de interligação de poderes e de dimensões sociais, políticas e religiosas, plasmadas no percurso deste indivíduo. Relacionados com esta temática, destaca-se uma série de artigos de Armando Luís de Carvalho Homem, relativos não só às vidas e carreiras de alguns clérigos, mas também à relação do rei com o poder eclesiástico. Dentro destes merece referência especial o artigo “Prelados e Clérigos régios no meio-século Joanino (1384-1433): Para uma reapreciação de situações”³⁸, onde se traça uma perspectiva valiosa sobre as dignidades eclesiásticas que

³⁵ SILVA, Maria João Oliveira e, A escrita na Catedral : a Chancelaria Episcopal do Porto na Idade Média : (Estudo Diplomático e Paleográfico). CEHR: Centro de Estudos de História Religiosa, 2013

³⁶ MONTEIRO, Maria Alexandra Braga Teixeira , *Do Morro da Sé à Cúpula de Roma: D. Antão Martins de Chaves – prelado portuense do século XV (1423-1447)*. Dissertação de mestrado apresentada à FLUP. Porto: 2008

³⁷ GRAF, Carlos Eduardo de Verdier , *D. João Esteves da Azambuja : exemplo da interligação de poderes (séculos XIV e XV)*. Dissertação de mestrado apresentada à FLUP. Porto: 2011

³⁸ HOMEM, Armando Luís de Carvalho, *Prelados e Clérigos régios no meio-século Joanino (1384-1433): Para uma reapreciação de situações*. In “Estudos em Homenagem ao prof. Doutor Martim de Albuquerque”, ed. Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa: Coimbra editora, 2010, p.205

ocuparam lugares importantes no funcionalismo régio Joanino³⁹. Carvalho Homem produziu também um artigo intitulado “Da vedoria da fazenda ao bispado do Porto : a carreira de D. João Afonso Aranha”⁴⁰, retratando a vida e a carreira deste prelado que viria a ser bispo do Porto. Ainda sobre os estudos de individualidades eclesiásticas destaco a tese de André Garrido intitulada “D. Luís Pires. Retalhos de uma vida de um prelado Quatrocentista”⁴¹. Nesta tese que descreve o percurso de D. Luís Pires, figura extremamente importante no panorama eclesiástico Português, realça-se o seu papel enquanto Bispo do Porto, destacando a sua intervenção nos litígios entre a elite urbana Portuense em pleno processo afirmação política na cidade⁴².

Saindo do âmbito dos trabalhos académicos focados no estudo de alguma individualidades eclesiásticas,destaco ainda o artigo de Maria João Oliveira e Silva publicado na revista Lusitania Sacra com o título “A Viela dos Cónegos: o espaço e os homens de uma rua do Porto na Idade Média (1221-1493)”⁴³. Aqui, a autora retrata as alterações do modo de vida dos cónegos a partir das reformas administrativas do clero Portuense dos finais de 1185, desenhando um pouco a progressiva secularização do modo de vida dos homens da Sé do Porto e permitindo ao leitor um contacto mais próximo com a realidade quotidiana dos cónegos Portuenses em tempos medievos e a sua interacção com a comunidade laica.

Dentro das obras monográficas destaco ainda a obra de Cândido dos Santos relativa ao estudo da mitra do Porto no periodo que antecede o concílio de Toledo, intitulada “O Censual da Mitra do Porto”⁴⁴. Nesta obra, Cândido dos Santos para além de incluir uma descrição do códice da mitra do Porto, reserva uma série de capítulos sobre temas relativos à organização do espaço eclesiástico Portuense bastante relevantes. Numa primeira parte da

³⁹ Sobre os trâmites da estrutura burocrática régia, é indispensável a consulta da obra de Carvalho Homem : ³⁹ HOMEM, Armando Luís de Carvalho , *O Desembargo Régio : (1320-1433)*, Porto : Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990

⁴⁰ HOMEM, Armando Luís de Carvalho , *Da vedoria da fazenda ao bispado do Porto : a carreira de D. João Afonso Aranha*, in: Humanidades : revista trimestral da Associação de Estudantes da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, n.º 1(Janeiro de 1982), p. 7-14

⁴¹ GARRIDO, André, *D. Luís Pires : retalhos de vida de um prelado quatrocentista*. Dissertação de Mestrado apresentada à FLUP, Porto: 2007

⁴² GARRIDO, André - *D. Luís Pires : retalhos de vida de um prelado quatrocentista...*, É o despontar, de certa forma, de um “patriciado urbano” (...)a afirmação da burguesia não foi pacífica. Muito pelo contrário, despoletou sérios, por vezes violentos, conflitos com os grupos sociais tradicionalmente instituídos. Nesta perspectiva, o percurso de D. Luís tem grande interesse, dado que, enquanto bispo do Porto, foi protagonista de um dos litígios desta natureza mais paradigmáticos dos tempos medievais”,pp,6-7

⁴³ SILVA, Maria João Oliveira e ,). In “Lusitania Sacra”, 2ª série, vol. 17 (2005) ,pp. 93-116 , pp. 93-116

⁴⁴ SANTOS, Cândido dos, “*O Censual da Mitra do Porto : Subsídios para o estudo da diocese nas vésperas do Concílio de Trento*, Porto:Câmara Municipal do Porto, 1973

obra intitulada “Organização administrativa diocesana e Paroquial”⁴⁵, destaco particularmente o primeiro capítulo, mais especificamente os pontos 1.1, destinado à definição geográfica da diocese desde os seus primórdios até à restauração da diocese de Aveiro em 1938, e o subcapítulo 2.1 relativo ao Arcediagado medieval do bispado do Porto, mais especificamente a origem e funções dos arcediagos. A segunda parte da obra também é do meu interesse, tratando especificamente do património da Mitra do Porto⁴⁶, sendo que aqui destaco o subcapítulo 1.1 do capítulo V intitulado “A constituição do património: de D. Hugo a D. Martinho Pires” e o subcapítulo 1.2, “O património da Igreja do Porto em 1195”.

Muito do labor histórico em redor da cidade do Porto encontra-se plasmado em artigos e publicações dispersas. Exemplo disso é o artigo do professor Armindo de Sousa publicado na obra “Henrique o navegador: Exposição comemorativa do 6º Centenário do nascimento de do Infante D. Henrique” intitulado “Os bispos do Porto e o Poder Central na Idade Média”⁴⁷. Neste breve artigo, Armindo de Sousa dá um contributo valioso para a compreensão da relação entre os Bispos do Porto, senhores eclesiásticos de considerável poder político no contexto do Portugal Medieval, e o poder central, sendo que este artigo, embora curto, veio a definir uma cronologia dos conflitos políticos na cidade do Porto, ligando-a à sua história e ao seu desenvolvimento. Aqui, apresentam-se uma retrospectiva das lutas constantes entre bispos e senhores laicos representantes do poder central na cidade do Porto, não só em questões económicas como em questões sociais. Outro exemplo encontra-se na comunicação dos professores Luís Carlos do Amaral e Luís Miguel Duarte, apresentada nas “Jornadas sobre o município na península Ibérica – sécs XII-XIX” em Fevereiro de 1985, publicada posteriormente na Revista de História do Centro de História da Universidade do Porto com o título “Os Homens que pagaram a Rua Nova”⁴⁸. Este artigo, embora se foque particularmente em assuntos de fiscalidade e ordenamento territorial do Porto Quatrocentista partindo do episódio da construção da Rua Nova, permite-nos ainda entrar em contacto com o processo de transição de poderes no Porto da mão da Igreja para as mãos da coroa plasmada na transferência da jurisdição da cidade e do Couto do Porto das

⁴⁵ SANTOS, Cândido dos, “*O Censual da Mitra do Porto...*”, pp.21 a 120

⁴⁶ SANTOS, Cândido dos, “*O Censual da Mitra do Porto...*”, pp.121 a 183

⁴⁷ SOUSA, Armindo de Sousa, *Os bispos do Porto e o Poder Central na Idade Média* in: Henrique o navegador: Exposição comemorativa do 6º Centenário do nascimento de do Infante D. Henrique, Porto: Comissão municipal Infante 94,1994, pp.75 a 78

⁴⁸ AMARAL, Luís Carlos e DUARTE, Luís Miguel – “Os homens que pagaram a Rua Nova”. in *Revista de História*. Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica – Centro de História da Universidade do Porto. Vol. 06 (1985) pp. 7-96.

mãos do bispo Gil Alma para as mãos do rei D. João I. Relativamente a este processo, tão marcante na história da cidade do Porto, destaco ainda a tese de Luis Araújo intitulada “ A Transição do Senhorio Episcopal Portucalense para a Coroa em 1406”⁴⁹, que para além de tratar este processo de forma aprofundada inclui ainda um capítulo sobre as contendas entre a Igreja, Concelho e as intervenções régias⁵⁰.

Feita esta breve apreciação da produção historiográfica relativa à cidade do Porto, que conclusões é que podemos tirar? Em primeiro lugar, verificamos que a cidade do Porto, ainda que careça de uma grande obra de estudo aprofundado da sua história, tem visto a sua historiografia a ser sistematicamente aumentada não só pela publicação de vários artigos e obras dispersas, mas principalmente pela publicação de um elevado número teses relativas ao estudo do Porto medieval defendidas nos últimos trinta anos. Focando-se no estudo das individualidades eclesiásticas, nas vereações, ou no funcionamento das estruturas burocráticas da cidade (eclesiásticas ou públicas) e tendo portanto uma dimensão temática diferente entre si, todas estas teses acabam por fornecer pistas valiosas para a compreensão das relações de poder no Porto Medieval. Contudo, excepto alguns capítulos reservados para este tema e alguns artigos dispersos, falta uma obra totalmente focada no estudo das conflitualidades e das relações de poder no Porto Medieval que nos permita discernir concretamente de que forma é que estes conflitos se sucediam e qual a sua motivação, de modo a conseguir estabelecer qual era a verdadeira relação entre as dimensões de poder que governavam a cidade do Porto, o poder do bispo e o poder público. Dessa forma, o trabalho que se segue almeja estabelecer de uma forma clara qual era o teor da comunicação e da relação do rei com o clero Portuense, nesta fase de transição e de mudança completa do panorama político da cidade, tendo sempre em conta as particularidades da cidade do Porto e da sua história ao longo da idade média, que tornam esta cidade num caso único no contexto urbano medieval Português, particularmente, pela forma como nos obriga a encarar as dinâmicas de poder na urbe de uma forma tripartida. Para tal iremos recorrer à interpretação de documentação cuja tipologia não está normalmente associada a este tipo de estudos, procurando alcançar outra perspectiva em relação a este processo de transição.

⁴⁹ RIBEIRO, Luís Mário Araujo - “A transição do Senhorio Episcopal Portucalense para a Coroa em 1406”. dissertação de mestrado apresentada à FLUP. Porto: 2009.

⁵⁰ RIBEIRO, Luís Mário Araujo - “A transição do Senhorio Episcopal ...”, pp.22-29.

Capítulo I

A presença régia no Porto até D. Fernando

1.1 – Da restauração da diocese à emergência da burguesia Portuense

No período histórico abrangido pela minha investigação, a cidade do Porto assume um papel predominante no funcionamento e desenvolvimento do Reino Português, sendo que a urbe gradualmente se afirma como um centro económico e mercantil, tornando-se cada vez mais num ponto de ligação importante do Reino com o resto da Europa. Esta transformação da cidade pressupõe obrigatoriamente uma alteração gradual do panorama social da urbe, algo que viria a influenciar a intervenção do Rei nas vivências e nos assuntos políticos e económicos da população Portuense. No capítulo que se segue, procurarei traçar o caminho que o Porto percorreu desde o tempo da fundação da nacionalidade até ao Reinado de D. Fernando, almejando transmitir ao leitor uma noção da evolução gradual da malha social Portuense, cujas transformações acentuadas acompanham a cidade no seu processo de transformação da cidade de um pequeno couto eclesiástico para uma potência urbana.

A restauração da diocese do Porto no século XII constitui um momento de viragem na história da cidade do Porto. Após isto passam-se cerca de quarenta anos em que a sé se encontra vacante até que D. Hugo é nomeado bispo da cidade. De formação cluniacense, D. Hugo inicia a sua aproximação ao contexto eclesiástico da Península Ibérica, ocupando diversas funções na diocese de Santiago de Compostela. Destaca-se o papel que teve na eleição episcopal do arcebispo Diogo Gelmires, proporcionando-lhe uma subida progressiva na hierarquia eclesiástica compostelana até se tornar arcediogo⁵¹. Chega à cidade do Porto depois, sendo nomeado bispo em 1114, encontrando a catedral “(...)num estado de conservação deplorável(...)”⁵² e uma cidade que não passava de um pequeno aglomerado populacional concentrando em redor da Sé Catedral⁵³ com pouca relevância no panorama urbano Ibérico, sendo que a cidade não ultrapassava os 750 metros de perímetro e a área

⁵¹ OLIVEIRA, Monsenhor Miguel de, Os bispos senhores da cidade: I – *De D. Hugo a D. Martinho Rodrigues*, in História do Porto, dir. PERES, Damião, CRUZ, António, Portucalense Editora, Porto, p.159, “Em 1099 sendo cônego de Compostela, contribuiu para a eleição episcopal de Gelmires (...) Entretanto vai subindo na escala das honrarias entre os cônegos compostelanos, tratado por capelão, cardeal e arcediogo (...)”

⁵² ALMEIDA, Paula Cardoso, *O poder dos bispos*: de D. Hugo a D. Vicente Mendes, p.9.

⁵³ SOUSA, Armindo de, *Tempos medievais*, in História do Porto, dir. RAMOS, Luis A. Oliveira, Porto Editora, 3ª edição, Porto, 2000, p.124, “O Porto era um muro fosco e diminuto lá no alto, em torno da Pena Ventosa. A cidade era o morro da Sé”

amuralhada ocupava apenas 4 hectares⁵⁴. O Porto dos alvares da Idade Média, não passava portanto de uma cidade minúscula, que teve de esperar até à chegada de D. Hugo no comando da diocese para que se iniciasse uma “nova fase de relativa uniformidade quanto ao ritmo de expansão e desenvolvimento”⁵⁵. Cedo o bispo D. Hugo esforça-se no sentido de conferir uma autonomização maior da diocese Portucalense em relação à primazia episcopal bracarense, tendo por várias vezes entrado em conflito com o Arcebispo de Braga. O bispo do Porto chegou mesmo a interpelar o papa Pascoal II, de modo a que este permitisse a libertação do Porto da jurisdição do arcebispado de bracarense tendo obtido sucesso⁵⁶. D. Hugo tentou ainda aumentar as fronteiras territoriais da diocese⁵⁷ bem com os seus poderes temporais. Para tal, foi importante a experiência junto da Cúria Pontifícia e o renome por ele acumulado ao longo de vários anos ao serviço da diocese Compostelana, factor este, que fez com que Diego Gelmires intercedesse junto de D. Teresa para que esta doasse o burgo e o couto Portuense ao bispo D. Hugo⁵⁸. Assim, no dia 8 de Abril de 1120, D. Teresa concede ao bispo àquele prelado o couto da cidade do Porto⁵⁹, sendo que este momento marca de forma decisiva os destinos da cidade para o resto da Idade Média, já que constituiu uma peça fundamental no seu discurso político, intimamente associada ao crescimento progressivo da urbe⁶⁰. Esta carta de doação, para além de determinar a exclusividade do governo do burgo à Sé do Porto, inclui ainda no rol de propriedades doadas, as igrejas de Redondela, Bosque, Castelo e Germalde. À doação do burgo estava ainda associada concessão de uma série de silvados nos subúrbios da cidade, bem como uma série de pesqueiras e todas as rendas e heranças régias associadas a essas propriedades e

⁵⁴ SOUSA, Armino de, *Tempos medievais*, p.127

⁵⁵ BARROCA, Mário J., “As escavações de Mendes Correia na Cidade e as origens da cidade do Porto”, in *Arqueologia*, nº10 (1984)

⁵⁶ ALMEIDA, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, nova ed., dir. Damião Peres, Vol 1, ed Portucalense, 1967, , “Este prelado sustentou porfiadas contendas com o arcebispo de Braga e com o bispo de Coimbra sobre os limites das respectivas dioceses (...)”, p.93

⁵⁷ Sobre os conflitos que o estabelecimento dos limites diocesanos implicou, veja-se, por todos, MARQUES, José, CUNHA, Maria Cristina Almeida, *Conflito de jurisdições e documentos judiciais : o caso de Braga*. Braga : Câmara Municipal, 1989

⁵⁸ SILVA, Maria João Oliveira e, *Scriptores et notatores ...*, p.9

⁵⁹ Sobre isto veja-se: PERES, Damião, *O Porto, cidade episcopal séculos XII a XIV*, in *História do Porto*, dir. PERES, Damião, CRUZ, António, ..., pág.97 a 115. Este capítulo contém a transcrição da doação do couto da cidade do Porto ao bispo D. Hugo

⁶⁰ OLIVEIRA, P. Miguel, *O senhorio da cidade do Porto e as primeiras questões com os Bispos*, in “Lusitania Sacra”, Tomo IV (1959), “São de inegável importância, quer o diploma da rainha, quer outros que lhe andam conjuntos. Em redor deles se travaram as mais violentas lutas da história municipal do Porto(...)O Porto formou-se, cresceu, bateu-se e de algum modo ainda vive ligado virtualmente àquele diploma.” , p.30

que passam a estar sobre o controlo da Sé Portucalense⁶¹. Não nos deixemos enganar por este conjunto de doações: a diocese Portuense mantém-se como a mais pequena do país⁶². Contudo, assiste-se a um crescimento exponencial da importância da Sé sobre o território Portucalense que se encontrava em pleno processo de estruturação política, e onde se tornava cada vez mais necessário um domínio efectivo sobre o território. A carta de couto de 1120⁶³, de vital importância para a compreensão do percurso histórico Portuense, foi durante muitos anos um dos textos normativos mais importantes para a cidade do Porto, alargando os poderes do Bispo sobre a urbe para a esfera temporal e colocando os direitos senhoriais da cidade na mão do prelado e dos seus descendentes. D. Hugo não perdeu tempo em usar os direitos que lhe foram concedidos por esta carta de doação, e logo em 1123 outorgou o foral à cidade do Porto⁶⁴. Este documento pautará as interacções entre os agentes que participam (tanto na dimensão laica como na dimensão eclesiástica) nas instituições e círculos de poder que dominam a cidade do Porto. Além do mais, o próprio teor da carta de foral terá sido um dos principais factores responsáveis pelo crescimento populacional e consequente alargamento do espaço da cidade para fora da sua cintura muralhada⁶⁵. Com um teor bastante liberal, a carta preconizava uma série de determinações relativas ao governo da cidade, que involuntariamente fomentaram a actividade comercial e mercantil na cidade⁶⁶, e o estabelecimento de condições vantajosas para a população, plasmadas na concessão de uma série de privilégios e regalias que tornavam a fixação na cidade do Porto cada vez mais aliciante. Como Armindo de Sousa refere, “(...) D. Hugo (...) concedia para obter (...) actuava *pro domo sua*”⁶⁷, sendo que possibilitou a entrada da cidade do Porto numa nova fase de crescimento. Seguindo o raciocínio de Luis Oliveira Ramos, com a carta de foral de 1123, “(...) inicia-se o Porto ligado à História de Portugal (...)” que se desenvolve ao ritmo da reconquista e que se transforma com o fim desta fase da

⁶¹ RIBEIRO, Luís Mário Araújo, *A transição do Senhorio Episcopal, ...*, “Esta doação concedia as terras coutadas que compreendiam o burgo, os subúrbios, vários lugares, herdades regalengas, diversas pesqueira bem como todas as rendas e heranças reais que passariam a pertencer à dita sé, na pessoa de D. Hugo (...)”, p.8

⁶² RIBEIRO, Luís Mário Araújo, *A transição do Senhorio Episcopal ...* “Mesmo assim, territorialmente falando é a mais pequena diocese Portuguesa (...)”, p.7

⁶³ Sobre a validade deste documento, bem como do foral de D. Hugo, veja-se, OLIVEIRA, P. Miguel, *Subsídios para o estudo da organização municipal da Cidade do Porto ...*

⁶⁴ O foral mencionado encontra-se publicado em : PERES, Damião, *O Porto, cidade episcopal séculos XII a XIV...*, pp.98,99,100

⁶⁵ SOUSA, Armindo de, *Tempos medievais*, “É opinião que a generosidade dessa carta deveu o Porto o afluxo de habitantes e consequente dilatação do seu espaço.”, p.131

⁶⁶ SOUSA, Armindo de, *Tempos medievais*, “(...) o teor do foral (...) é liberal. (...) revela-se inovadorno que toca ao fomento comercial (...)”, pp.131,132

⁶⁷ SOUSA, Armindo de, *Tempos medievais*, p.132

história do Reino num potentado comercial .Apesar desta dimensão tão positiva do foral de 1123, será importante realçar o facto de este documento estar no centro de muitos conflitos posteriores entre as autoridade episcopal e as demais elites urbanas. Em conjunto com a carta de D. Teresa e com o progressivo “reconhecimento” da diocese Portuense, plasmado numa série de cartas de doação dadas à sé e aos seus clérigos⁶⁸, assistiu-se a um aumento exponencial dos poderes do bispo em relação a todos os assuntos da cidade. Passados dezoito anos após a doação do couto por D. Teresa, é agora D. Afonso Henriques que agracia a diocese Portuense, agora encabeçada pela figura do bispo e senhor da cidade, D. João Peculiar⁶⁹, mediante a outorga de uma carta de ampliação e firmeza do Couto. Mais uma vez, o poder do bispo sai reforçado, e a influência da cidade sobre o território aumenta.

O certo é que esta sequência de benesses dadas nos alvares da fundação do reino, dotaram a cidade do Porto de condições para se desenvolver e marcar a sua importância no recém criado reino de Portugal. De uma diocese fragilizada e de uma cidade pequena com pouco impacto no território nacional, desperta uma cidade de fortíssima vocação mercantil. Como diz Armindo de Sousa “(...) facto foi que volvidos duzentos anos sobre a data do foral de D. Hugo o Porto tinha virado outra urbe (...)” passando a ser “(...) uma cidade importante, maior em arrabalde do que em almedina, decididamente comercial e marítima, capital de vastíssima região económica(...)”⁷⁰. De uma cidade que em 1114, não passava de um pequeno lugar amuralhado com uma população, cuja ocupação principal estava centrada em actividades de subsistência ligadas à terra. Tendo pouca ou nenhuma dimensão comercial⁷¹, a cidade não tarda em revelar a sua propensão mercantil, aumentando progressivamente a sua população. Consequentemente, a sua malha social diversifica-se, ainda que se mantivesse essencialmente dividida em dois grandes grupos. O clero, classe dominante e que assumiu o controlo da cidade durante uma parte substancial da idade Média, ocupava-se tanto dos ofícios temporais como dos ofícios espirituais⁷², ocupando o lugar que tradicionalmente estaria reservado à nobreza, grupo social ausente da cidade do Porto. E o povo, grupo social muito heterógeneo mas que durante muito tempo mantém o equilíbrio

⁶⁸ SILVA, Maria João Oliveira e, *Scriptores et notatores...*, p.10

⁶⁹ RIBEIRO, Luís Mário Araújo, *A transição do Senhorio Episcopal ...*, “(...) D. Afonso Henriques (...) outorga uma carta de ampliação e firmeza do mesmo couto e ainda concede outros privilégios ao bispo (...)” p.13

⁷⁰ SOUSA, Armindo de, *Tempos medievais*, p.132-133

⁷¹ SOUSA, Armindo de, *Tempos medievais*, “Em 1114 (...) vemos que ele não passa de humilde lugar amuralhado onde um bispo manda (...) O foral de 1123 dirige-se fundamentalmente a súbditos ligados à terra, embora praticantes, é certo, de actividades comerciais. Comércio mínimo (...)” p.194

⁷² SOUSA, Armindo de, *Tempos medievais*, “Os bispos e cabido foram ao mesmo tempo *oratores e potentes* intérpretes e executores da Paz (...)”

de relacionamentos de poder funcionando apenas enquanto homens servidores dos senhores da cidade. Esta aparente calma manteve-se durante alguns anos, mas , o progressivo crescimento da cidade do Porto acaba por conduzir a uma mudança na configuração deste grupo social. No seio de um povo anteriormente ligado a actividades rurais, emerge uma elite burguesa que, à medida que se torna mais poderosa e abastada, mais começa a interferir nos assuntos da cidade, almejando libertar-se da “(...)feudotaria bispal(...)”⁷³ que controlava os destinos da cidade. Entra-se aqui num ponto de viragem na cronologia da história do Porto. O crescimento da cidade, e o conseqüente aparecimento de elites urbanas com pretensões de poder, alteram também a relação do Rei com a cidade. Como refere Luís Mario Araújo Ribeiro, “O sistema de relações entre o eclesiástico e o civil torna-se cada vez mais complicado, e surgem inevitáveis atritos”⁷⁴.

1.2 – Da “luta anti-episcopal” à consagração do poder cívil (1176 a 1345)

Como foi referido anteriormente, a cidade do Porto inicia o seu processo de crescimento apoiada no foral de 1120 e pelo repetido benefício que foi dado à diocese Portuense e aos seus prelados. Seguem-se anos de estabilidade onde a cidade cresce e surge uma elite, mais abastada e mais interessada em interferir nos assuntos da urbe. Este grupo é cada vez mais predominante, num Porto que cada vez mais demonstra a sua vocação comercial: burgueses, comerciantes e mercadores começam a revelar-se como um potencial aliado da Coroa, cada vez mais interessada em aproveitar-se dos rendimentos da Mitra⁷⁵. Não é de estranhar, portanto, que os interesses da coroa estivessem por várias vezes em concordância com os do concelho.

Assim, verifica-se um fenómeno de triangulação de poderes, em que cada actor está em oposição, mas inter-relaciona-se “ao ritmo de tácticas oportunas e instáveis, ora privilegiando o diálogo, ora o confronto aberto”⁷⁶, visando assumir as rédeas do poder político no Porto. Dessa forma, o Rei por várias vezes procura interferir nos assuntos da cidade. O primeiro conflito grave acontece durante o governo do Bispo D. Fernando Martins (1176-1185), sendo que este conflito pois o prelado além de se recusar a confirmar o foral

⁷³ SOUSA, Armindo, *Os bispos do Porto e o Poder Central na Idade Media ...*, p.755

⁷⁴ OLIVEIRA, P. Miguel, *O senhorio da cidade do Porto e as primeiras questões com os Bispos ...*, p.42

⁷⁵ RIBEIRO, Luís Mário Araújo, *A transição do Senhorio Episcopal Portucalense para a Coroa em 1406...*, “Uma elite burguesa emergia, desejava o poder politico (...). O monarca aproveitou esta mais valia para os conquistar e finalmente apoderar-se dos rendimentos da mitra (...)”, p.22

⁷⁶ SOUSA, Armindo, *Os bispos do Porto e o Poder Central na Idade Media*, p.75

de 1120⁷⁷, introduziu ainda uma série de inovações administrativas que se traduziam num aumento substancial dos direitos senhoriais da mitra, levando a uma conseqüente diminuição do espaço de manobra da burguesia Portuense. Um conflito deste genero exigia, naturalmente, a intervenção do rei para solucionar a contenda. D. Sancho I surge inicialmente ao lado do bispo, mas cedo coloca-se ao lado da elite burguesa para, como refere Armindo de Sousa, garantir “(...) as óbvias vantagens político-económicas(...)”⁷⁸.

A luta aberta entre a Mitra Portuense e o Rei atingirá as últimas conseqüências já durante o bispado de D. Martinho Rodrigues (1190-1235), ainda que os primeiros anos de pontificado tenham sido de relativa tranquilidade, com o Rei a agraciar o bispo com uma série de benesses, chegando mesmo a colocar-se a seu lado contra as reclamações da burguesia portuense⁷⁹. A discórdia surge apenas quando D. Sancho I procura intervir nas questões entre o bispo e os cónegos Portuenses, despoletando uma forte reacção por parte de D. Martinho Rodrigues que, em 1208, lança o interdito sobre a cidade, sendo que esta questão só será resolvida após a intervenção do Papa Inocêncio III a favor do bispo Portuense⁸⁰. Os confrontos entre o ceptro e o báculo não ficam por aqui. Em 1210 D. Martinho recusou-se a assistir ao casamento do infante e pior ainda, excusou-se de receber o futuro rei D. Afonso e a sua esposa aquando a sua passagem pela cidade⁸¹. Este evento despoleta uma reacção violenta por parte de D. Sancho que, “(...) com o apoio de grande parte do Cabido investiu brutalmente com o bispo (...)”⁸². Ficam dadas as primeiras provas da capacidade do povo portuense agir em uma só voz contra os interesses do prelado. D. Afonso II tentará apaziguar a situação, obtendo algum sucesso, ainda que o seu reinado esteja repleto de situações de conflito com as dioceses portuguesas⁸³.

⁷⁷ OLIVEIRA, P. Miguel, *O senhorio da cidade do Porto e as primeiras questões com os Bispos*, “ Desta carta pode concluir-se que as primeiras questões se teriam esboçado durante o governo de D. Fernando Martins (1176-1185) (...) por um lado teria alargado os direitos senhoriais, por outro tinha-se recusado a confirmar o foral”, 43

⁷⁸ SOUSA, Armindo, *Os bispos do Porto e o Poder Central na Idade Media*, p.76

⁷⁹ OLIVEIRA, P. Miguel, *O senhorio da cidade do Porto e as primeiras questões com os Bispos*, p.44

⁸⁰ OLIVEIRA, P. Miguel, *O senhorio da cidade do Porto e as primeiras questões com os Bispos*, “Desacatado na sua autoridade, o prelado lançou interdito na cidade (...)”, p.46

⁸¹ OLIVEIRA, P. Miguel, *O senhorio da cidade do Porto e as primeiras questões com os Bispos*, p.47

⁸² RIBEIRO, Luís Mário Araújo, *A transição do Senhorio Episcopal Portucalense para a Coroa em 1406...*, p.23

⁸³ O reinado de D. Sancho I deixou marcas nas relações entre o trono e o altar, pelo que D. Afonso II vê-se a braços com uma situação de revolta geral da massa clérical Portuguesa. Naturalmente que “ Sendo o clero, no tempo de Afonso II; a ordem mais poderosa do reino (...) uma das principais medidas tomadas diplomaticamente pelo rei foi o apaziguamento desta força portentosa, decretando nas cortes de coimra de 1211, medidas de carácter geral, que veiram regularizar e satisfazer muitas das regalias e privilégios eclesiásticos (...)” in. ANTUNES, José, OLIVEIRA, António Resende de, MONTEIRO, João Gouveia, *Conflitos*

Relativamente à cidade do Porto, Afonso II chegou mesmo a confirmar a carta doação do burgo e couto feita por D. Teresa, mantendo boas relações com o bispo da altura, D. Martinho Rodrigues⁸⁴. Contudo, logo no reinado de D. Sancho II o conflito entre o Rei e a Sé reacende, estando o centro do conflito focado novamente em intromissões do trono nos assuntos temporais do cabido portuense, Novamente a que os bispos do Porto tivessem de recorrer ao Papa para ver restituídos os seus privilégios e regalias⁸⁵. Durante o episcopado de D. Pedro Salvadores (1236-1247) as tensões aumentam ainda mais, sendo que as consecutivas violações por parte do rei dos direitos da mitra portuense fizeram com que, em 1238 fosse estabelecido um acordo com aquele prelado, possibilitando o apaziguamento das relações entre ambos. O rei vai mais longe ainda, chegando mesmo a convencer os cidadãos do Porto a reconciliarem-se com a mitra⁸⁶. A deposição do anterior rei não serve como exemplo a D. Afonso III, que mantém o trono em luta aberta com a generalidade do clero nacional⁸⁷. No caso do Porto, o rei defronta-se agora contra o bispo D. Julião Fernandes (1247-1260), sendo que o conflito se prende com uma questão de direitos sobre as mercadorias transportadas no rio Douro, e se estas eram desembarcadas em Gaia ou no Porto⁸⁸. Procurando garantir o desembarque dessas mercadorias no lado sul, D. Afonso III entra em conflito com as pretensões de D. Julião Fernandes que procurava manter o acordo estabelecido no tempo de D. Sancho II e do bispo D. Pedro Salvadores. Isto provoca uma reacção bastante violenta por parte do rei que investe militarmente contra a cidade do Porto, sujeitando D. Julião ao pagamento de uma série de penas monetárias em função dos

políticos no reino de Portugal entre a reconquista e a expansão, estado da questão. Coimbra: Faculdade de Letras, 1984, p.66. Ainda assim, não foi preciso muito tempo para que a autoridade cívil viesse violar este compromisso sendo que "(...) Honório III, tomando conhecimento, expediu diversas bulas procurando convencer o rei a respeitar não só as liberdades, regalias e privilégios do clero, mas

⁸⁴ SILVA, Maria João Oliveira e, *Scriptores et notatores*, "Mais pacíficas foram as relações entre D. Afonso II e D. Martinho Rodrigues. Em 1218 o rei reconfirmou a carta de doação do burgo e couto da cidade do Porto outorgada por D. Teresa e entretanto confirmada por seu pai", p.22

⁸⁵ SILVA, Maria João Oliveira e, *Scriptores et notatores*, "Procurava Honório III que D. Sancho II desistisse das opressões às igrejas e ao clero, principalmente do Porto, a quem procurou compensar dando-lhe protecção apostólica, confirmando a posse por parte do bispo, da cidade e termo (por doação de D. Teresa e reconfirmação de D. Afonso II), e de várias igrejas(...)Eleito em Maio de 1227, Gregório IX interessou-se pela causa(...)Escreveu também a D. Sancho II lembrando-o das queixas que Honório III (e por ele o bispo do Porto) fizera contra ele e pedindo-lhe, tal como o antecessor, que se redimisse, respeitasse a jurisdição temporal do bispo do Porto sobre a sua cidade e lhe pagasse as décimas devidas",p.23

⁸⁶ SILVA, Maria João Oliveira e, *Scriptores et notatores*, p.30

⁸⁷ ANTUNES, José, OLIVEIRA, António Resende de, MONTEIRO, João Gouveia, *Conflitos políticos no reino de Portugal entre a reconquista e a expansão...*, "As dissensões entre o clero e D. Afonso III principiaram logo no início do seu governo (...)", p.103

⁸⁸ ANTUNES, José, OLIVEIRA, António Resende de, MONTEIRO, João Gouveia, *Conflitos políticos no reino de Portugal entre a reconquista e a expansão...*, "Mas a principal questão que se levantou entre o prelado do Porto e o rei foi acerca dos direitos que pagavam as mercadorias que desciam o Douro edo lugar onde deviam desembarcar, se em gaia, burgo pertencente ao rei, se na cidade episcopal do Porto (...)", p.104

distúrbios que a sua resisténcia à ordem real tinha provocado. A este problema deve-se ainda acrescentar o resultado das inquiriçóes de 1258 que provocaram o descontentamento generalizado do clero português⁸⁹, que acaba por levar ao interdito geral do Reino⁹⁰ que só viria a ser levantado em 1406. Novamente, o bispo vê-se obrigado a refugiar-se junto da Santa Sé, sendo que esta contenda só será resolvida bastante tempo após a morte de D. Julião, e já durante o reinado de D. Dinis.

A partir daqui, as tensões entre o Rei e a Sé Portuense começam a diminuir⁹¹, assistindo-se, segundo as observações de Armindo de Sousa, a “(...) quatro episcopados irrelevantes (...)”, no que respeita às relações de conflituosidade entre os bispos do Porto e o poder central⁹². Será durante o reinado do seu filho, D. Afonso IV, que as relações entre a coroa e Mitra Portuguesa recrudescem, sendo que o rei intervirá nos assuntos da cidade do Porto desde muito cedo. Em 1325 o Bispo D. João Gomes celebra uma composição com o concelho do Porto, apoiada pelo ainda infante D. Afonso IV, na qual estava determinada a responsabilidade do Bispo de escolher quatro pares de homens bons, ficando ao seu cargo a nomeação de um destes pares para juiz da cidade⁹³. Mais tarde, já durante o episcopado do bispo D. Pedro Afonso (1343-1357), a mitra revolta-se contra esta composição que entende como sendo nula. Face à revolta geral do concelho o bispo vê-se obrigado a fugir do Porto, lançando novamente o interdito sobre a cidade⁹⁴. D. Afonso IV recusa-se a alterar este documento e a insiste em confirmar a nomeação destes juízes independentemente da decisão do bispo. Para além disso, sequestrou as rendas episcopais e colocou a

⁸⁹ ANTUNES, José, OLIVEIRA, António Resende de, MONTEIRO, João Gouveia, *Conflitos políticos no reino de Portugal entre a reconquista e a expansão...*, (...) resultado das inquiriçóes de 1258 provocou forte descontentamento e tenz resisténcia, principalmente no clero que passou a ver no rei o seu perseguidor e o maior opositor(...), p.106

⁹⁰ SOUSA, Armindo, *Os bispos do Porto e o Poder Central na Idade Média*, “Apesar de tudo, essas inquiriçóes de 1258 irritaram o bispo do Porto e todo o colégio episcopal do país- pois a elas ripostaram com essa arma medonha: o interdito geral do reino.”, p.77

⁹¹ Isto não significa que os conflitos sejam inexistentes: ANTUNES, José, OLIVEIRA, António Resende de, MONTEIRO, João Gouveia, *Conflitos políticos no reino de Portugal entre a reconquista e a expansão* “(...) na contenda que opôs D. Dinis ao bispo do Porto, D. Fernando Ramires (...) A animadversão do rei por D. Fernando Ramires derivou desde logo do modo como este conseguiu o episcopado do Porto em 1314, e menos de dois anos depois concretizou-se no apoio que ele deu às pretensões do concelho do Porto (...)” p.117

⁹² SOUSA, Armindo, *Os bispos do Porto e o Poder Central na Idade Média*, “E chega-se a 1314 – depois de quatro episcopados irrelevantes a respeito do tema que nos ocupa”, p.77

⁹³ RIBEIRO, Luís Mário Araújo, *A transição do Senhorio Episcopal Portucalense para a Coroa em 1406...*, D. Afonso IV, sendo ainda Infante, promoveu a aprovação de uma concordata, ligeiramente modificada no ano imediato, entre o bispo D. João Gomes e o concelho, por virtude da qual o bispo elegeria quatro pares de homens bons e entre estes pares o bispo escolheria o par que entendesse para jui da cidade (...)”, p.24

⁹⁴ Sobre o interdito da cidade do Porto veja-se: BASTO, A. Magalhães, *O negócio do interdito*. In .Documentos e Memórias para História do Porto: Vereaçóes, anos 1390-1395. Porto: Publicaçóes da Câmara Municipal do Porto, 1980, pp.342 -349

responsabilidade da resolução deste conflito no Papa. A incapacidade da Santa Sé em resolver esta contenda mergulha a cidade em cerca em mais de meio século de interdito⁹⁵, sendo que D. Afonso IV, vendo isto como uma oportunidade, não hesitou alterar “Por uma inquirição (...) o limite ocidental do couto para o rio de vila, fazendo desaparecer de golpe os direitos do bispo sobre a ribeira ⁹⁶, abrindo portas para uma maior laicização e para uma intervenção cada vez mais vincada da Coroa na cidade Invicta.

Chegando ao século XII, a cidade do Porto encontra-se profundamente marcada pelas contendas que quase ininterruptamente se sucediam entre a Coroa, a Mitra e o Concelho. Esta malha de relações foi-se formando ao longo dos anos, abrindo portas para que se entrasse numa fase de relativa acalmia. Chegando ao marco cronológico principal desta tese o Porto é agora uma cidade em fase de transição. As sucessivas excomunhões e interdições já não constituíam uma ameaça suficientemente grande para impedir que o rei procurasse usufruir dos dividendos que o Porto, cidade cada vez mais importante no panorama Europeu, trazia para a Coroa.

⁹⁵ O interdito foi levantado provisoriamente algumas vezes durante este período. Exemplo disso é a primeira visita de D. João I à cidade em 1385, aquando o nascimento do Infante d. Henrique

⁹⁶ RIBEIRO, Luís Mário Araújo, *A transição do Senhorio Episcopal ...*, p.28

Capítulo II

As relações entre o Rei, cidade e bispo entre 1367 e 1433. Interpretação de Fontes

2.1 – Enquadramento histórico:

Antes de traçar a complexa malha de relações que se construiu ao longo desta cronologia entre a Coroa, a cidade e o Bispo, é importante realçar uma série de pontos. Em primeiro lugar, como já retratei no capítulo anterior, a cidade do Porto, desde o momento da restauração da sua diocese até ao século XIV, muda muito a sua composição social e o seu enquadramento no plano nacional, sendo que a tendência é de uma progressiva aproximação à Coroa. Tal como foi definido por Torquato de Sousa Soares, entre 1345 e 1406, entra-se na fase final do senhorio episcopal, assistindo-se agora à progressiva laicização do concelho⁹⁷ que atingirá o seu culminar em 1406, com a transição do senhorio da cidade ao Rei⁹⁸, representando este momento, o fim da soberania eclesiástica sobre a cidade do Porto, pondo termo a três séculos de domínio episcopal. Este período, é atravessado por dois reis distintos e com papéis muito diferentes na história do reino de Portugal: D. Fernando (1345-1383) e D. João I (1385-1433). Entre estes dois reinados, Portugal atravessa dois contextos políticos bastante diferentes: No caso do reinado de D. Fernando⁹⁹, este é profundamente marcado pelo guerra com Castela no final do seu reinado, e pelo polémico casamento com D. Leonor Teles. Quando o rei morre em 1383, o reino de Portugal vê-se na iminência de ser anexado por Castela, sendo que os anos que se seguem são de conflito aberto com o reino vizinho. D. João Mestre de Avis¹⁰⁰, será aclamado rei nas cortes de Coimbra de 1385, mas o conflito com Castela só viria a terminar em 1431. Dessa forma, o início do reinado de D. João I está marcado por uma necessidade constante de legitimar o seu lugar no trono, algo que naturalmente influencia a sua intervenção junto dos seus súbditos. Os condicionalismos políticos de cada época acabam, assim, por ter algum reflexo na produção documental de cada reinado. Naturalmente, isso afeta a nossa visão

⁹⁷ SOARES, Torquato de Sousa, *Subsídios para o estudo da organização municipal da cidade do Pôrto durante a Idade Média*. Barcelos : Companhia Editora do Minho, 1935 / SOUSA, Armindo, *Os bispos do Porto e o Poder Central na Idade Média*.

⁹⁸ Sobre este contrato veja-se: RIBEIRO, Luís Mário Araújo, *A transição do Senhorio Episcopal Portucalense para a Coroa em 1406*.

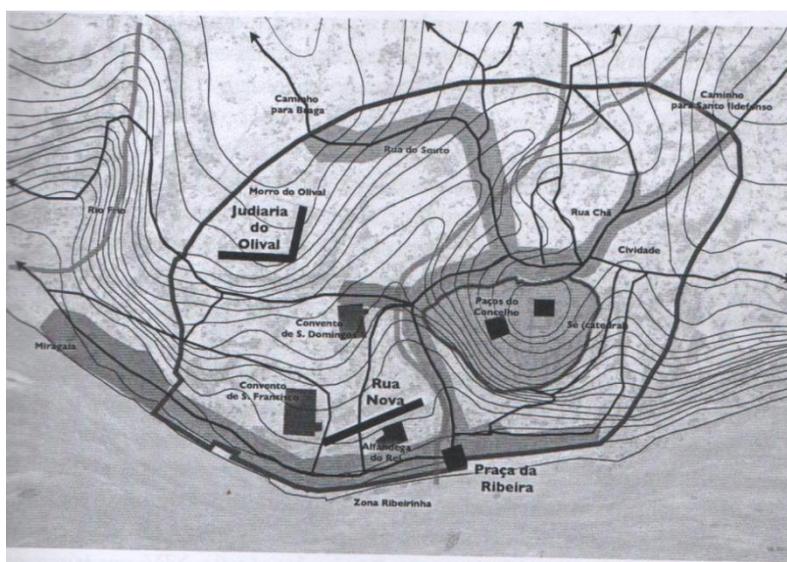
⁹⁹ Sobre o reinado de D. Fernando veja-se : GOMES, Rita Costa, *D. Fernando*. Mem Martins : Círculo de Leitores, 2005.

¹⁰⁰ Sobre o reinado de D. João I veja-se: COELHO, Maria Helena da Cruz , *D. João I : o que re-colheu Boa Memória*. Mem Martins : Círculo de Leitores, 2005.

relativamente à relação da coroa com a cidade do Porto, bem como condiciona a nossa percepção relativamente à vida política e social da cidade.

2.2 – Fontes primárias

Tendo em conta o contexto referido anteriormente, passemos agora a fazer uma inventariação das fontes usadas para esta investigação. É importante recordar que a recolha documental efectuada prendeu-se com uma série de critérios. Em primeiro lugar, optámos por trabalhar apenas com fontes publicadas, opção que apesar de ter algumas vantagens, acabou por condicionar fundamentalmente a recolha de documentos régios relativos ao Porto para o período Fernandino¹⁰¹. Apesar desse constrangimento, procuramos ainda diversificar a origem das fontes recolhidas, tentando ir para além da documentação produzida pela chancelaria régia, através da análise de cartas de origem episcopal. Outro cuidado que tivemos na recolha de fontes prende-se com a localização geográfica do conteúdo das mesmas. Ou seja, só seleccionamos cartas relacionadas com moradores na cidade do Porto, tendo-nos baseado no seguinte mapa, para estabelecer esse enquadramento espacial.



Mapa 1: Esquema urbano da cidade do Porto entre 1386 e 1406¹⁰²

Seguindo estes critérios, recolhemos no total cerca de 178 documentos. Deste conjunto apenas dezoito provêm da chancelaria episcopal Portuense, sendo os restantes

¹⁰¹ A principal razão para isto prende-se com o facto que à data da minha pesquisa de fontes, as chancelarias de D. Fernando não se encontram publicadas ficando assim de parte um importante contributo para a compreensão da ação do poder central durante o reinado de D. Fernando na cidade do Porto.

¹⁰² TEIXEIRA, Helena Lopes, *Porto, 1114/ 1518: A construção da cidade Medieval*. Dissertação de mestrado apresentada à FLUP. Porto: 2010, p.71.

produzidos pela chancelaria régia. A partir desta diferenciação, procuramos ver de que forma é que cada instância de poder agiu durante este período de transição política na cidade do Porto. Dessa forma, poderemos observar como é que a Coroa procurou estender o seu domínio sobre a cidade e o modo como o episcopado, em fase de progressiva subalternização da sua influência sobre a organização política e jurídica da urbe, reage e se adapta a esta “investida” final do poder central, até à transição do senhorio da cidade pelo bispo D. Gil Alma em 1405.

2.2.1 – Documentação régia:

O *corpus* documental relativo à documentação régia totaliza um volume de cerca de 121 documentos. Separemos os documentos por reinado:

Relativamente ao reinado de D. Fernando, retiramos apenas cerca de 6 documentos. Destes cinco documentos, quatro deles são originais e provêm da chancelaria deste rei¹⁰³, sendo que tivemos acesso a elas recorrendo à tese de mestrado de João António Mendes. Os restantes documentos são retirados da colectânea dos Descobrimentos Portugueses¹⁰⁴ e um deles está inserido num documento dos registos de Chancelarias de D. João I¹⁰⁵. Infelizmente, esta amostra não nos permite ter uma noção completa da documentação produzida relativamente ao Porto para o reinado de D. Fernando, tendo em conta que a chancelaria deste Rei não se encontra pública.

O reinado de D. João I, pelo contrário revela-se particularmente abundante em documentação relativa à cidade do Porto. Para esta cronologia, recolhi cerca de 115 documentos, maioria retirada das Chancelarias de D. João I, sendo que os restantes são recolhidos de uma série de outras obras¹⁰⁶ e colectâneas documentais¹⁰⁷.

Apesar da disparidade numérica do número de fontes para cada Reinado pensamos que estão aqui reunidas informações suficientes relativas à acção da coroa na cidade do

¹⁰³ NEVES, João António Mendes, A *"Formosa" Chancelaria: Estudo dos originais da chancelaria de D. Fernando (1367-1383)*, Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras de Coimbra. Coimbra: 2005

¹⁰⁴ *Descobrimentos portugueses*. Ed. MARQUES, João Martins da Silva, vol.1, Lisboa : Instituto para a Alta Cultura, 1944-1971, p.128, doc.128.

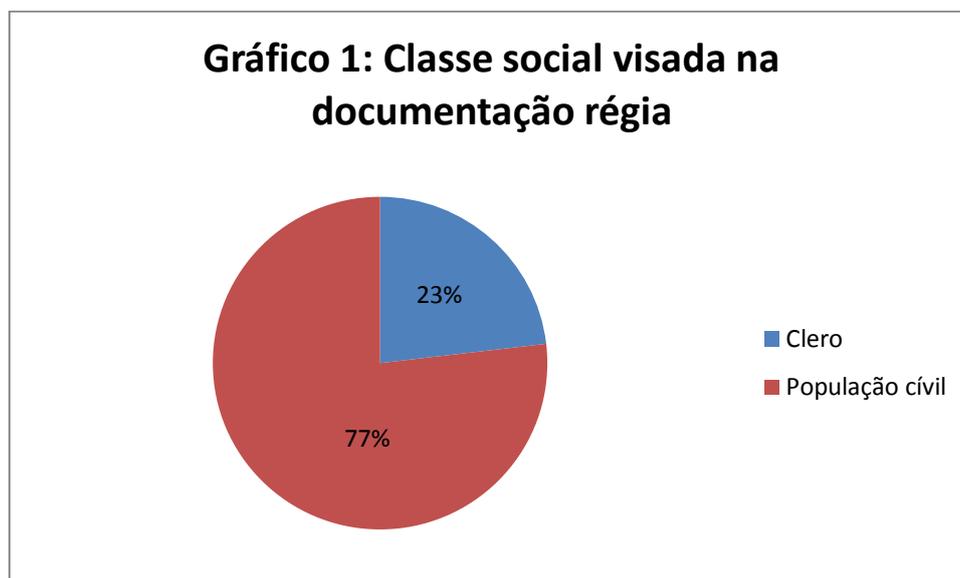
¹⁰⁵ *As Chancelarias Portuguesas*, D. João I (1385-1433) Vol. 2 Tomo 3, org. João José Alves Dias, ed. Centro de Estudos Históricos, Universidade Nova de Lisboa, 2006, p.151, doc.1309.

¹⁰⁶ MELO, Arnaldo Sousa, DIAS, Henrique, SILVA, Maria João Oliveira, *Palmeiros e Sapateiros: A confraria de S. Crispim e S. Crispiniano do Porto (sécs. XIV a XVI)*. Porto: ed. Fio da Palavra, 2008. RIBEIRO, Luís Mário Araújo, *A transição do Senhorio Episcopal Portucalense para a Coroa em 1406*.

¹⁰⁷ *Monumenta Henricina*, ed. Com Executiva do V Centenario da Morte do Infante D. Henrique, Coimbra, 1960-1974, Vol 1 pág. 267 a 271, doc.115 .

Porto durante esta fase de transição administrativa. O desafio prende-se agora com a identificação dos principais intervenientes nesta matéria, sendo que as próximas linhas se dedicarão a um processo de interpretação destas fontes, almejando responder a uma série de questões cuja importância é fulcral para a compreensão das intenções do poder central relativamente ao Porto.

Começemos por olhar para a distribuição da documentação estudada, vendo qual o grupo social mais visado nos 121 documentos recolhidos.



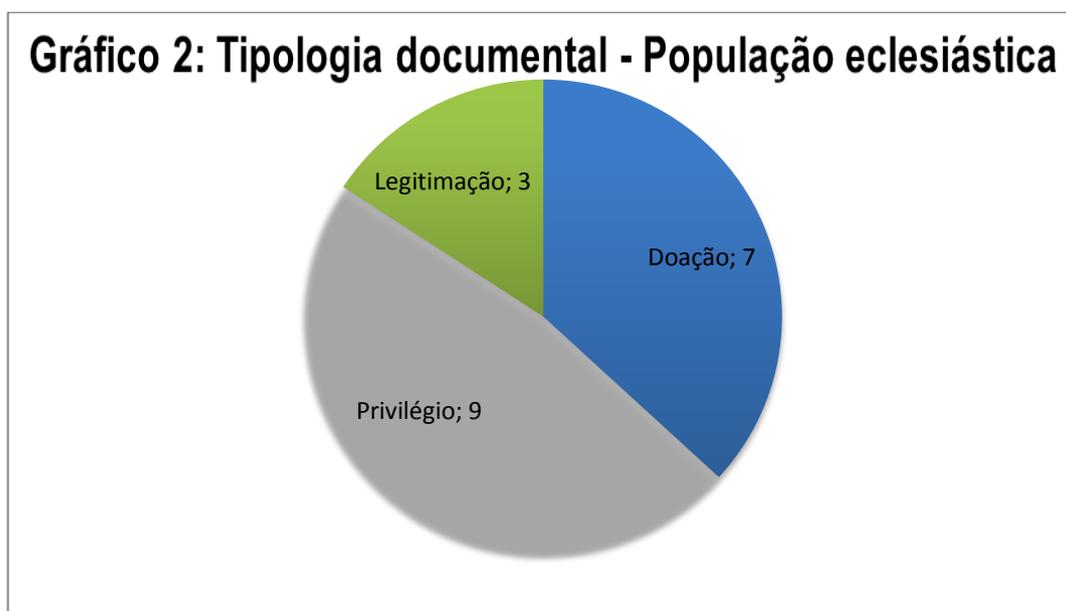
As primeiras conclusões que se podem retirar da análise do gráfico supra, prende-se como o facto de, para o período estudado, a maior parte da documentação produzida pelo oficialato régio visar essencialmente elementos da nobreza e do povo, sendo que apenas 29% das cartas visavam diretamente personalidades ou entidades religiosas, o que a nosso ver, está em perfeita concordância com o ambiente de transição política que a cidade do Porto atravessou durante esta cronologia.

Começemos por analisar a parcela da documentação que envolve o clero da cidade.

Como já referimos, a igreja tem uma ligação muito forte à história da cidade do Porto. Durante grande parte da idade Média, eram os grandes eclesiásticos que, em nome do Cabido, assumiram o domínio da cidade e ocuparam os lugares de proa na sua vida social e política. O Bispo era a figura principal do governo da urbe e, como demonstramos anteriormente, muitos foram os casos de prelados Portuenses cujo poder e influência eram fortes o suficiente para se baterem contra as vontades da Coroa. Além do mais, será de

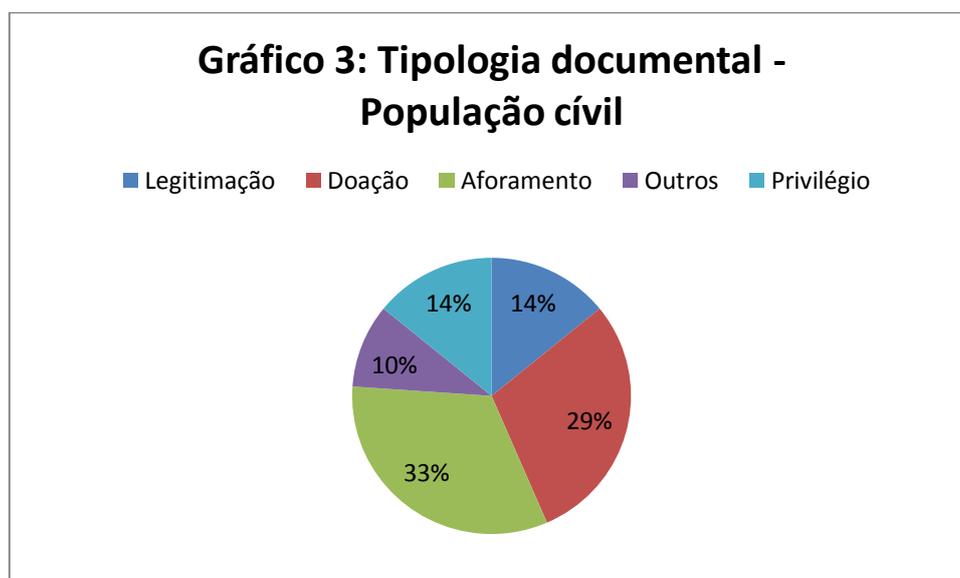
particular importância traçar a forma como é que esta elite interagiu com os representantes do rei e, de resto, como é que se adaptou à progressiva “laicização” do governo da cidade do Porto. Essa adaptação deixará marcas documentais óbvias que procuraremos analisar nas próximas páginas

Num universo documental de cerca de cerca de 28 documentos, a variedade tipológica não é propriamente elevada. Realça-se a predominância de documentos de privilégio e a ausência de cartas de pendor normativo. De facto, analisando a documentação régia para este período, parece-nos que entre os dois reinados que a comunicação entre o poder central e a cidade do Porto, atravessava um período de relativa calma, algo que nos ajuda a perceber de que forma é que a Coroa procurou estender a sua influência junto da massa clérica Portuense. Observemos os dados recolhidos relativamente à política de privilégio da Coroa relativamente à população clerical Portuense, analisando a tipologia documental.



O gráfico anterior revela que cerca de metade da documentação prende-se com cartas de privilégio propriamente ditas, sendo que uma vasta maioria das vezes, o alvo do privilégio eram os mosteiros que, ou se localizavam na cidade do Porto, ou nos seus arredores, estando dependentes de deslocações à cidade para tratar de vários assuntos. Para além do mais, há uma especial incidência de cartas de privilégio que procuram escusar os ditos mosteiros e freires de executarem o direito de pousadoria nas suas propriedades na cidade do Porto. De facto, há cerca de quatro casos em que o rei isenta a prestação da pousadoria nas propriedades de quatro mosteiros diferentes, todos eles. Comparemos estas percentagens,

com a variedade tipológica dos documentos que visavam a população laica Portuense, a partir de um total de 93 documentos, representados no gráfico seguinte .



O gráfico anterior demonstra claramente uma predominância de actos de privilégio dados não só a cidadãos individuais como à própria cidade do Porto., sendo as cartas de aforamento seleccionadas relativas não a propriedades localizadas na cidade do Porto, e não só aforadas a habitantes da urbe. No campo “outros” incluímos uma série de cartas cuja natureza tipológica não se enquadrava em nenhum outro apartado. Aqui estão incluídas uma ordenação camarária¹⁰⁸, uma carta de confirmação de certos direitos impostos sobre as cargas de navios que iam para fora do Reino a partir da cidade do Porto¹⁰⁹ e uma carta de D. Fernando a reconhecer a obrigatoriedade da cidade do Porto de investir uma 20 mil libras para a construção da muralha e para saldar dívidas¹¹⁰

Nos gráficos anteriores está plasmada a diversidade tipológica da documentação proveniente da Chancelaria Régia. De seguida, procuraremos fazer o mesmo exercício, desta feita, para a documentação proveniente da chancelaria episcopal Portuense.

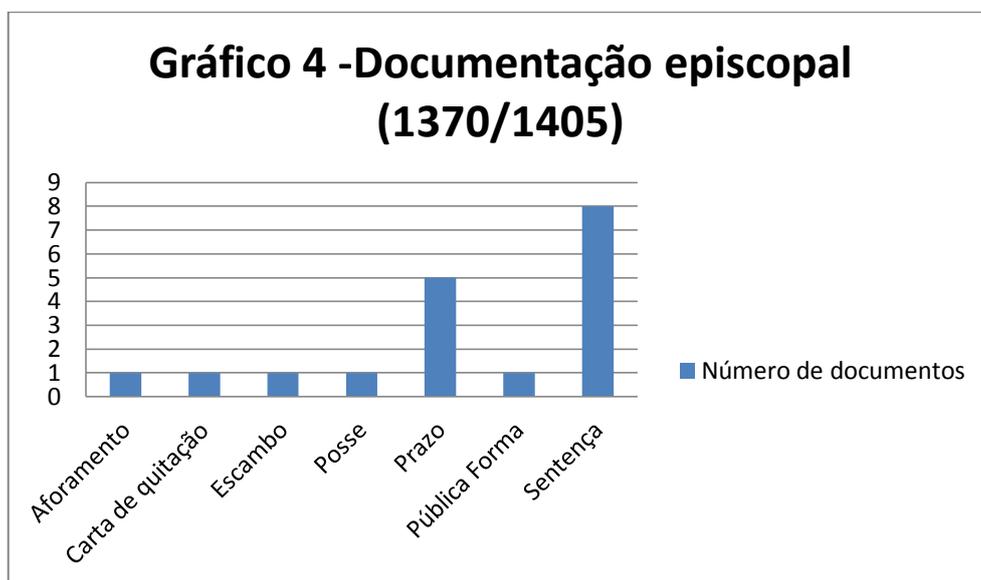
¹⁰⁸ *Chancelarias Portuguesas*, D. João I Vol.III Tomo 1, Pág.166,doc.247.

¹⁰⁹ *Descobrimientos portugueses*. Ed. MARQUES, João Martins da Silva, vol.1, p.209,doc.193.

¹¹⁰ NEVES, João António Mendes,A "*Formosa*" Chancelaria...,p.225,doc.59.

2.2.2 – Documentação episcopal:

A recolha de actos episcopais relativos ao periodo estudado, esteve à partida condicionada pela opção anteriormente explanada de apenas termos recorrido a documentação pública. De facto, este periodo da Chancelaria episcopal do Porto ao nível da produção, já foi devidamente estudado por Maria João Oliveira e Silva na sua tese de doutoramento¹¹¹, trabalho este onde está incluído um anexo onde se elenca a totalidade das cartas produzidas naquela instituição, a partir do qual nos foi possível recolher apenas as que se referem à cidade do Porto neste periodo tão conturbado da sua história. Contudo, será importante referir, que a cronologia dos documentos recolhidos está entre os anos de 1370 e 1406, uma vez que a lista daquela autora termina nesta data. O quadro seguinte apresenta a variedade tipológica da documentação a partir de um conjunto de dezoito cartas relativas à cronologia estudada.



Apesar da percentagem elevada de documentos de carácter jurisdicional, nenhuma destas cartas é relativa a contendas entre o Rei e o Bispo, algo que contrasta bastante com a instabilidade vivida na cidade sobre a qual ainda pairava o interdito. Fora isto, a chancelaria episcopal ao longo deste periodo de declínio dos seus poderes, não deixou de intervir sobre a cidade, havendo uma percentagem elevada de cartas de empraçamentos e de aforamento.

¹¹¹ SILVA, Maria João Oliveira e, *Scriptores et notatores*, Anexo 10, p.343.

Assim, pode-se dizer que durante esta fase de transição, que as autoridades eclesiásticas do Porto continuaram a exercer o poder jurisdicional e temporal que lhe era inerente.

Feita a apresentação do nosso *corpus* documental, o capítulo seguinte dedicar-se-à a interpretar as fontes recolhidas, procurando ver de que forma é que o discurso político de ambos os lados se moldou à cidade e ao contexto.

2.3- Interpretação de fontes

2.3.1 – O rei e a cidade

A relação do rei com a cidade do Porto foi sempre bastante mutável, sendo que o trono ao longo da história foi direccionando o seu apoio consoante os seus interesses, podendo tanto colocar-se do lado da elite burguesa como dos interesses dos eclesiásticos. Na cronologia deste trabalho, o Porto está a passar por uma fase de transição política, à qual se acresce a situação do país que, entre o reinado de D. Fernando e o início do reinado de D. João I, se encontra envolvido num conflito contra Castela e num processo mudança dinástica, factor este com particular importância na forma de como o rei comunicava com a cidade. Para esta fase temos ainda de ter em como é que as instâncias municipais interagiam com o poder Real até à transição do senhorio. Segundo Adelaide Costa, essa relação, nem sempre pacífica, fazia-se através da comunicação epistolar ou comunicação física, sendo comum que se recorresse tanto a oficiais régios como a ilustres Portuenses, para intervirem junto do rei em benefício da cidade¹¹².

No tempo destes dois reinados, o Porto viu a sua fronteira e o seu poder económico a crescer, muito graças à acção do trono. Em primeiro lugar, D. Fernando, alargou o termo da cidade até ao Julgado de Melres com uma carta de 1369 onde se manifesta a intenção de motivar o povoamento da cidade, após o pedido do concelho e homens bons que disseram ao rei que *“a dicta çidade era de pouca companhia e nom era pobrada como compria”*¹¹³. Esta doação, será completada em 1384, ano em que D. João, ainda Mestre de Avis¹¹⁴, doa à cidade os termos de Bouças¹¹⁵, Pindelo, Azurara Maia e Gaia¹¹⁶, doando ainda o julgado de

¹¹² COSTA, Adelaide Pereira Millán da, *Projecção espacial de domínios das relações de Poder ao Burgo Portuense (1395-1502)*. Tese de doutoramento apresentada à U. Aberta. Lisboa: 1999, pp.162,163,164.

¹¹³ NEVES, João António Mendes, *A “Formosa” Chancelaria...*, pp.201,202.

¹¹⁴ MIRANDA, Flávio, SEQUEIRA, Joana, DUARTE, Luis Miguel, *A cidade e o mestre : entre um rei bastardo e um príncipe perfeito*. Matosinhos: Quidnovi, 2010, “João de Avis ainda não era rei quando decidiu agradecer o apoio prestado pela cidade à sua causa (...)”, p.13.

¹¹⁵ Chancelarias Portuguesas, D. João I Vol.1 Tomo 1, p.51, doc.84.

Penafiel à cidade do Porto em 1394¹¹⁷. Estas amplas benesses acabam por constituir um manifesto da íntima relação que D. João I tinha com a cidade que o tinha apoiado desde o início na sua demanda pelo trono¹¹⁸. Esta sequência de doações entre os dois reinados tem uma série de repercussões que, a nosso ver, definirão a relação do rei com o Porto. Em primeiro lugar, estando Vila Nova de Gaia nas órbita da cidade, finaliza-se a rivalidade comercial entre estas duas localidades que se degladiavam pela primazia comercial no norte do país¹¹⁹. O protagonismo da cidade do Porto como cabeça e sede concelhia sai reforçado, sendo que os homens responsáveis pelo governo da cidade, recebem uma “autoridade e legitimidade de intervenção junto das populações”¹²⁰ de que até então não usufruíam na sua plenitude. O investimento régio na cidade do Porto vai ainda mais longe. Ainda durante o reinado de D. Fernando, a coroa levanta uma série de constrangimentos à produção naval portuense¹²¹, ao mesmo tempo que retira os entraves que eram colocados pela edilidade local aos moleiros que contribuíam para o abastecimento da cidade e dos navios que daí partiam¹²². A protecção dos direitos do concelho estendeu-se ainda a outros campos. Durante o reinado de D. Fernando, é dada uma sentença em 1372 a favor dos moradores e mercadores do Porto, obrigando os mestres dos navios a pagar os fretes das naus que “carregavam haver de peso”¹²³. Com a mudança de reinado, a documentação mostra-nos que a atitude da Coroa face ao Porto não se alterou. Para além das confirmações de privilégio típicas de um início de reinado¹²⁴, D. João I foi ainda mais longe, dando uma carta aos moedeiros do Porto, carta esta que pressupunha a elevação do cargo de alcaide da moeda do Porto ao cargo de juiz¹²⁵. Deu ainda uma carta de privilégio da cidade

¹¹⁶ AMARAL, Luís Carlos, DUARTE, Luís Miguel, *Os homens que pagaram a Rua Nova : fiscalização, sociedade e ordenamento territorial no Porto quatrocentista*, p.9.

¹¹⁷ Chancelarias Portuguesas, D. João I Vol.III Tomo 1, p.129, doc.219.

¹¹⁸ AMARAL, Luís Carlos, DUARTE, Luís Miguel, *Os homens que pagaram a Rua Nova*, p.8: “Razões de sobra tinha o rei para estar grato a estas gentes. A cidade fora a segunda a levantar voz pela sua causa e depois empenhou-se na construção de uma armada para socorrer Lisboa (...)”,.

¹¹⁹ TEIXEIRA, Helena Lopes, *Porto, 1114/ 1518: A construção da cidade Medieval...*, “A doação de D. Fernando foi completada com a doação de D. João I, em 1384, de Vila Nova de Gaia, pois somente com estas duas povoações se vêem efectivas vantagens económicas, terminando rivalidades entre estas e o Porto em matéria de concorrência comercial (...)”, p.59.

¹²⁰ TEIXEIRA, Helena Lopes, *Porto, 1114/1518: A construção da cidade Medieval...*, p.60.

¹²¹ NEVES, João António Mendes, *A “Formosa” Chancelaria...*, doc.33.

¹²² NEVES, João António Mendes, *A “Formosa” Chancelaria...* pp.188,189, doc.30.

¹²³ *Descobrimentos portugueses*. Ed. MARQUES, João Martins da Silva, vol.1, Lisboa : Instituto para a Alta Cultura, 1944-1971, p.128, doc.128.

¹²⁴ A título de exemplo, refira-se a carta de confirmação dos privilégios do concelho e homens bons da Cidade do Porto dada em 1384 (Chancelarias Portuguesas, D. João I Vol.1 Tomo 2, p.159, doc.814) e a Carta de confirmação dos privilégios da Sé do Porto (Chancelarias Portuguesas, D. João I Vol.3 Tomo 1, p.109, doc.312).

¹²⁵ *Chancelarias Portuguesas*, D. João I Vol.I Tomo 2, p.103, doc.120.

relativamente às pousadorias de homens nobres numa série de ruas do Porto¹²⁶, e já com a viragem do século, instituiu uma feira franqueada na cidade no início de cada mês¹²⁷, potenciando o carácter mercantil da cidade. Posto isto, denota-se que entre nesta cronologia, houve um “investimento” considerável na cidade do Porto, já que ambos os reis procuraram alargar a sua influência da cidade, priverligendo a actividade mercantil e aumentando a autoridade do poder concelhio. Será importante recordar, que todas as cartas anteriormente referidas são dadas numa fase em que a autoridade episcopal que governava o Porto ainda se debatia com o poder central, mantendo o interdito sobre a cidade¹²⁸ apesar dos repetidos esforços de D. João I em inverter esta situação¹²⁹. Neste contexto, passemos agora a ver a um nível mais individual, de que forma é que a coroa interveio na cidade do Porto.

Analisemos primeiro a documentação relativa à população laica Portuense. Como podemos observar no gráfico seguinte, há um número considerável de doações e aforamentos produzidos durante este período. O quadro seguinte faz a distribuição destas doações, escambos e aforamentos¹³⁰.

¹²⁶ *Chancelarias Portuguesas*, D. João I Vol.1 Tomo 3,"sabede que os vereadores e procuradores e homens boons da dicta cidade nos disseram que nos tempos em que aconteceo que os reis nossos antecessores chegauam aa dicta cidade que os seus nem outros nemnhuus nom pousavam na rua das eiras nem na rua dos mercadores nem outrossy com nemhuu homem <boom> honrado nem com mercadores nem com molheres <ujuuas homrradas nem> casadas que em essa cidade nom tevese seus maridos que morasem nas outras Ruas e partes d dicta cidade nem lhes tomauam nehua cousa de suas casas contra suas vontades e que esto lhes fora sempre guardado pollos dictos reis nossos antecessores (...)"Pág.165,doc.1262.

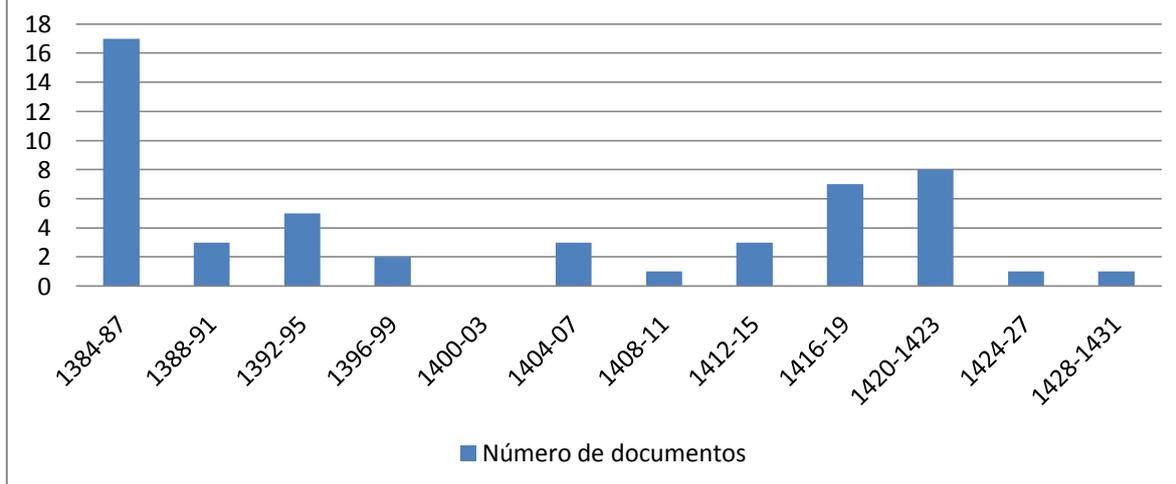
¹²⁷ Carta de privilégio dada à cidade e concelho do Porto dando a permissão para a realização de uma feira franqueada no início de cada mês - *Chancelarias Portuguesas*, D. João I Vol.2 Tomo 3, Pág.298,doc.1570.

¹²⁸ RIBEIRO, Luís Mário Araújo, *A transição do Senhorio Episcopal Portucalense para a Coroa em 1406*, "(...) Sabemos que a guerra com Castela nesta altura não conheceu a paz e devido às grandes despesas e dificuldades financeiras derivadas da crise e peste, nada foi possível cocretizar, ficando mais uma vez por resolver o interdito (...)",p.41.

¹²⁹ Sobre isto veja-se: RIBEIRO, Luís Mário Araújo, *A transição do Senhorio Episcopal Portucalense para a Coroa em 1406*, Capítulo III – As primeiras tentativas de solução,p.37 a p.45.

¹³⁰ Decidi não separar esta distribuição por tipologia documental pois os três tipos de cartas prendem-se com acções de transição patrimonial.

**Gráfico 5 - Distribuição cronológica
(doações/escambos/aforamentos)**



Como podemos ver, há uma clara disparidade no número de cartas outorgadas durante o reinado de D. João I. Realça-se o natural elevado número de doações emitidas entre 1384 e 1387, algo que pode ser explicado pela necessidade de afirmação do futuro soberano que de resto, ainda assinava as suas cartas como mestre de Avis¹³¹. Analisemos a natureza destas doações durante este quadriénio: Das 16 cartas contabilizadas, destacamos alguns documentos dados a Salvador Joões¹³², Nicolau Domingues¹³³, à viuva¹³⁴ de Domingues Peres e a Domingues Martins, mestres das naus de Santa Cruz, da barca de Gil Vicente, da Nau de Santa Maria e da Nau Graça de Deus respectivamente. A partir desta documentação, D. João doa ou confirma a doação de uma série de casas na cidade do Porto, havendo, como de resto é natural, tendo em conta a situação instável da coroa Portuguesa, que se via a braços com um processo de transição dinástica, a necessidade de legitimar, aos olhos da população, a sua autoridade. É de notar, que os documentos que anteriormente citei, foram todos dados antes de Julho de 1384. Denota-se uma particular preocupação em beneficiar mestres de naus, algo que a nosso ver se pode justificar com a futuro avanço de D. João I sobre Lisboa, incursão militar esta que, como sabemos contou com uma considerável armada que partiu da cidade do Porto¹³⁵, indispensável para quebrar

¹³¹ Veja-se por exemplo a doação da terra de Lordelo, parte do termo do Porto, a Martim Fernandes de Freitas em: *Chancelarias Portuguesas*, D. João I Vol.1 Tomo 1, "Dom Joham pela graça de Deus, mestre da caualaria da ordem de avis (...)", p.5, doc.6.

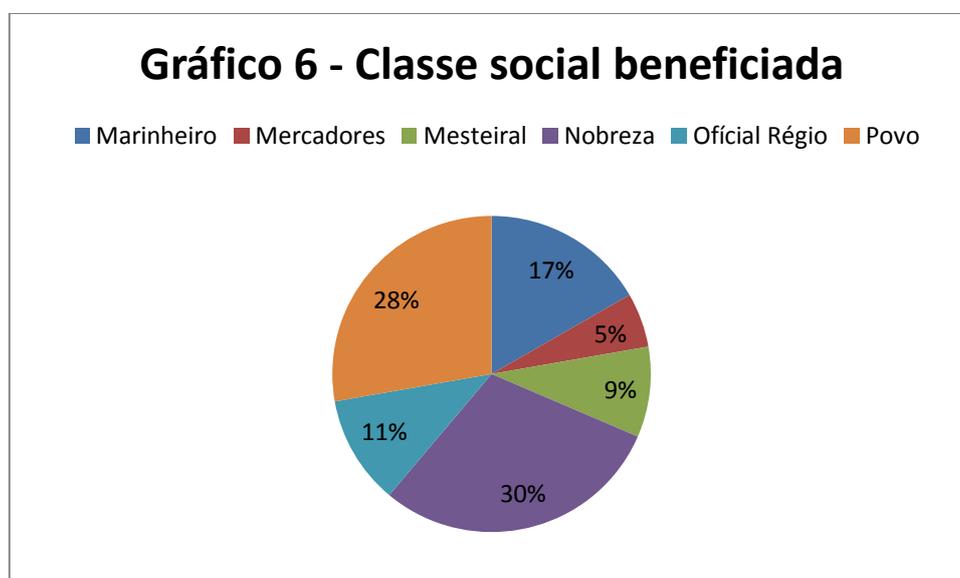
¹³² *Chancelarias Portuguesas*, D. João I Vol.1 Tomo 2, p.100, doc.711.

¹³³ *Chancelarias Portuguesas*, D. João I Vol.1 Tomo 1, p.101, doc.712.

¹³⁴ *Chancelarias Portuguesas*, D. João I Vol.1 Tomo 1, p.99, doc.710.

¹³⁵ MIRANDA, Flávio, SEQUEIRA, Joana, DUARTE, Luis Miguel, *A cidade e o Mestre...* "A armada que saiu do Porto era composta por dezassete naus e outras tantas galés (...)"

o cerco da cidade. Curiosamente, poucos meses após este combate, D. João I vai doar umas casas na rua das Congostas a Vasco Eanes¹³⁶ mestre da nau de Santa Maria e aforar a João Nicolas¹³⁷, mestre da nau grande, uns pardieiros na cidade do Porto. Evidencia-se mais uma vez, a propensão de D. João I para uma particular interacção com os responsáveis pela força naval portuense. As restantes doações dadas nesta fase inicial da soberania do mestre de Avis seguem um modelo que não nos permite tirar ilações particularmente interessantes relativamente a quem é beneficiado, visto que regra geral, os nomes que a documentação nos oferece, não permitem estabelecer qualquer ligação relativamente ao estatuto social do privilegiado¹³⁸. Ainda assim, pensamos que é pertinente tentar estabelecer quais eram os destinatários das doações e aforamentos na cidade do Porto. O gráfico que se segue aborda as diferentes ocupações e enquadramentos sociais das pessoas que foram referidas na documentação durante o reinado de D. João I.



Como podemos observar, D. João I privilegiou o contacto com oficiais régios que operavam na cidade¹³⁹. Relativamente a estes indivíduos, não há nenhum caso em que uma pessoa tenha sido alvo de várias doações. Contudo, a documentação revela-nos ainda uma

¹³⁶ *Chancelarias Portuguesas*, D. João I Vol.1 Tomo 1, p.159, doc.305.

¹³⁷ *Chancelarias Portuguesas*, D. João I Vol.1 Tomo 1, p.158 doc.301.

¹³⁸ Uma excepção a isto é a confirmação de uma doação dada a Violante Lopes, mulher de Rui Pereira, tio de Nun'Alvares Pereira e grande apoiante da causa do mestre de Avis - *Chancelarias Portuguesas*, D. João I Vol.1 Tomo 2, p.90, doc.693.

¹³⁹ Incluimos neste grupo um sobrinho de João Peres, almoxarife das taracenas, embora não consigamos determinar ao certo qual o seu enquadramento social - *Chancelarias Portuguesas*, D. João I Vol.IV Tomo 1, p.105, doc.149.

certa tendência por parte do rei em negociar ou beneficiar portuenses com ligação a cargos de poder jurisdicional e económico. Exemplo disso é a doação de um chão no Porto a Domingues Eannes da Maia em 1391, referenciado como sendo o tesoureiro da moeda da cidade do Porto. Outros sinais da sua clara importância no universo político joanino relacionado com a cidade do Porto é a sua presença, juntamente com o seu criado Vasco Afonso, enquanto testemunhas na assinatura do acordo de 1392 entre D. João I e o bispo D. João de Azambuja¹⁴⁰, acordo este que constitui uma das primeiras tentativas para a resolução do conflito que opunha a coroa e a Sé do Porto. Outro exemplo da relação régia com detentores de cargos na cidade, é a doação de uma série de casas no julgado de Melres dadas em 1392 a Pero Rodrigues Bocado alcaide do castelo do Porto¹⁴¹.

Olhando agora para a localização das propriedades doadas e aforadas, denota-se uma diferença bastante acentuada após a passagem do século. Como diz Helena Lopes Teixeira, referindo-se ao período que se sucede à transição do senhorio do Porto, este “marca um novo ciclo urbano no Porto, pois é nossa crença que, estando a gestão espacial da cidade delegada no concelho (por intermédio do rei), a sua actuação seguirá novos preceitos e uma legitimidade de intervenção diferentes das existentes sob o domínio episcopal.”¹⁴². Assim, nesta altura, tanto o concelho como o Rei teriam uma maior facilidade em executar contratos relativos a propriedades dentro da cidade, sem terem de se confrontar com os constrangimentos provenientes de um controlo eclesiástico local. Para além do mais, com a construção da Rua Nova¹⁴³ e o consequente acordo estabelecido entre D. João I e D. Gil Alma relativamente à transição do senhorio, o monarca fica com a posse das casas nessa rua, usando os rendimentos das mesmas para pagar parte deste negócio¹⁴⁴.

A partir do nosso exercício de recolha de fontes, obtivemos cerca de 16 cartas de aforamento, sendo que a maioria se refere exactamente à Rua Nova. Apesar de o acordo entre o rei e o bispo só se ter concluído em 1406, há uma referência a um aforamento

¹⁴⁰ RIBEIRO, Luís Mário Araújo, *A transição do Senhorio Episcopal Portucalense para a Coroa em 1406*, “Testemunhas que (...) Domingue Anes da Maya, Baasco Afonso criado do dito (...)”, p.63.

¹⁴¹ Chancelarias Portuguesas, D. João I Vol.2 Tomo 1, p.,doc.212.

¹⁴² TEIXEIRA, Helena Lopes, *Porto, 1114/ 1518: A construção da cidade Medieval*, p.81.

¹⁴³ Sobre a construção desta rua e as várias polémicas que existiram em redor dela veja-se: AMARAL, Luís Carlos; DUARTE, Luís Miguel, *Os homens que pagaram a Rua Nova : fiscalização, sociedade e ordenamento territorial no Porto quatrocentista*. Revista de História. Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica, Universidade do Porto. Centro de História. Vol. 6 (1985), p. 7-96.

¹⁴⁴ MIRANDA, Flávio, SEQUEIRA, Joana, DUARTE, Luis Miguel, *História do Porto: vol IV. A cidade e o Mestre*, “As casas ficarão a pertencer ao monarca; nela se instalarão famílias ricas. E com os rendimentos delas, ele pagará parcialmente a recompra da cidade aos bispos (...)”, p.51.

anterior a esta data, de 1404 a um mestre Manuel¹⁴⁵. Para além disso, a construção desta rua viria a levar quase uma centena¹⁴⁶ de anos a ficar concluída, pelo que é de estranhar que mesmo antes da obra estar finalizada, mesmoantes de o monarca estar na posse das ditas casas através do acordo de 1406,. Depois disto, há um hiato relativamente aos aforamentos para esta rua, sendo que só a partir de 1414 é que o rei volta a negociar casas neste local. A lista de destinatários destas cartas revela-nos um pouco do perfil dos habitantes desta rua. Por três vezes aparecem-nos aforamentos dados a elementos da família do Mestre Rogel. A primeira carta, datada de 1417 é dada ao seu filho, João de França¹⁴⁷ que também é referido como mercador. Um ano depois, é aforada uma casa a um Mestre Janim¹⁴⁸, que é referido como picheleiro e identificado enquanto afilhado do mestre Rogel. Dois anos depois será a vez de Vasco de França, referido enquanto irmão de João de França, a quem o rei aforaumas casas na rua Formosa. Desconhecendo a origem deste Mestre Rogel, entende-se contudo que a sua família deveria ter alguma importância na cidade do Porto, importância esta que aumenta quando temos em conta as ocupações referidas para dois dos elementos da supracitada família. De facto, outros documentos comprovam a aparente preferência de D. João I em aforar estas habitações tanto a mercadores¹⁴⁹ como a mesteirais¹⁵⁰. Para além disso, as casas desta rua serão ainda ocupadas por oficiais régios, sendo que a documentação permitiu-nos identificar um servidor do rei¹⁵¹, um recebedor das sisas dos panos de cor¹⁵²,um tabelião¹⁵³ e um almoxarife das taracenas¹⁵⁴. Todas estas cartas foram emitidas já depois de feita a transição do senhorio da cidade. Contudo, como podemos ver na documentação, a política de doações e de aforamentos de propriedades no Porto feito por D. João I não só não estava dependente da finalização da construção da rua Formosa como não estava dependente da transição do senhorio. Assim, conseguimos identificar para os anos anteriores a 1406, uma

¹⁴⁵ Chancelarias Portuguesas, D. João I Vol.IV Tomo 1, p.183,doc.1115.

¹⁴⁶ AMARAL,Luís Carlos ; DUARTE, Luís Miguel,*Os homens que pagaram a Rua Nova...*,p.13,"Quase um século para fazer a «rua fermosa». Já lá labutavam carpinteiros em 1395, e até finais do terceiro quartel de Quatrocentos os documentos falam-nos de casas projectadas, em construção, ou em fase de acabamento (...)"

¹⁴⁷ *Chancelarias Portuguesas*, D. João I Vol.IV Tomo 1,p.92,doc.142 / Em 1420 é dada uma confirmação deste aforamento .

¹⁴⁸ *Chancelarias Portuguesas*, D. João I Vol.IV Tomo 1,p. 35,doc.26.

¹⁴⁹ A título de exemplo veja-se a carta de aforamento de umas casas na rua Formosa a João do Paço, mercador em: *Chancelarias Portuguesas*, D. João I Vol.IV Tomo 2,p.188,doc.730.

¹⁵⁰ Caso do aforamento de umas casas na rua Formosa ao carpinteiro Alvaro Esteves publicado em: *Chancelarias Portuguesas*, D. João I Vol.IV Tomo 1,p.208,doc.333.

¹⁵¹ *Chancelarias Portuguesas*, D. João I Vol.IV Tomo 1,p.89,doc.140.

¹⁵² *Chancelarias Portuguesas*, D. João I Vol.IV Tomo 1,p.103,doc.148.

¹⁵³ *Chancelarias Portuguesas*, D. João I Vol.IV Tomo 2, p.88,doc.546.

¹⁵⁴ *Chancelarias Portuguesas*, D. João I Vol.IV Tomo 1,p.32,doc.24.

série de aforamentos e doações que nos conseguem dar uma ideia da organização da cidade , e da forma como é o que o rei se ia intrometendo no ordenamento da cidade. Em primeiro lugar, verificamos que mesmo antes de ser aclamado rei que D. João I conseguiu aforar ou doar legitimamente propriedades na cidade do Porto. Esse é o caso da doação de umas casas na rua da Fonte Taurina dadas Nicolau da Costa¹⁵⁵ no dia sete de Abril de 1384, portanto, cerca de um ano antes da sua aclamação em Coimbra. Até à viragem do século, o rei continuaria a negociar aforamentos e a doar propriedades numa série de ruas da cidade, sendo que neste espaço cronológico nota-se uma certa tendência na escolha da sua localização. A título de exemplo, vejam-se as três ocasiões em que aparece nesta documentação referências à rua da fonte Taurina. Para além do caso anteriormente descrito, há ainda uma doação de umas casas na supracitada rua, dadas a Martim Alvares em 1384¹⁵⁶ e uma carta de aforamento de umas propriedades na mesma rua, negociada com Afonso Apariço¹⁵⁷, tanoeiro, em 1394. Nesta cronologia, o Rei vai ainda aforar uma série de propriedades perto da rua do Armazem da cidade a Afonso Eanes de Sá¹⁵⁸ em 1395 e a João Geraldês Contador do Rei¹⁵⁹ em 1394. Fora estes casos, as restantes doações e aforamentos recolhidos relativamente a este período, não nos ofereceram indicações quanto à localização das propriedades dadas ou aforadas. Ainda assim, a viragem do século permitiu-nos detectar algumas mudanças na atitude do rei face à cidade. Como vimos anteriormente, o contexto da construção da Rua Nova viria a alterar muito a relação do Rei com o seu património no Porto. De facto, desde o início do século até ao final do reinado de D. João I , são produzidas cerca de 25 cartas que lidam com assuntos de transição patrimonial, sejam elas doações, escambos ou aforamentos. Dessas cartas, apenas dez não se referem a doações ou contratos de aforamento relacionados com a Rua Nova, sendo que fora os casos em que não há quaisquer indicações relativamente à localização das casas¹⁶⁰, restam-nos apenas quatro cartas em que se descreve a localização das propriedades. Estas encontram-se principalmente na rua da fonte Taurina¹⁶¹, na costa do Porto¹⁶² e na Rua das

¹⁵⁵ *Chancelarias Portuguesas*, D. João I Vol.I Tomo 1,p.47,doc.76.

¹⁵⁶ *Chancelarias Portuguesas*, D. João I Vol.I Tomo 1,p.122,doc.240.

¹⁵⁷ *Chancelarias Portuguesas*, D. João I Vol.III Tomo 1, p.103,doc.197.

¹⁵⁸ *Chancelarias Portuguesas*, D. João I Vol.III Tomo 1, p.167,doc.249.

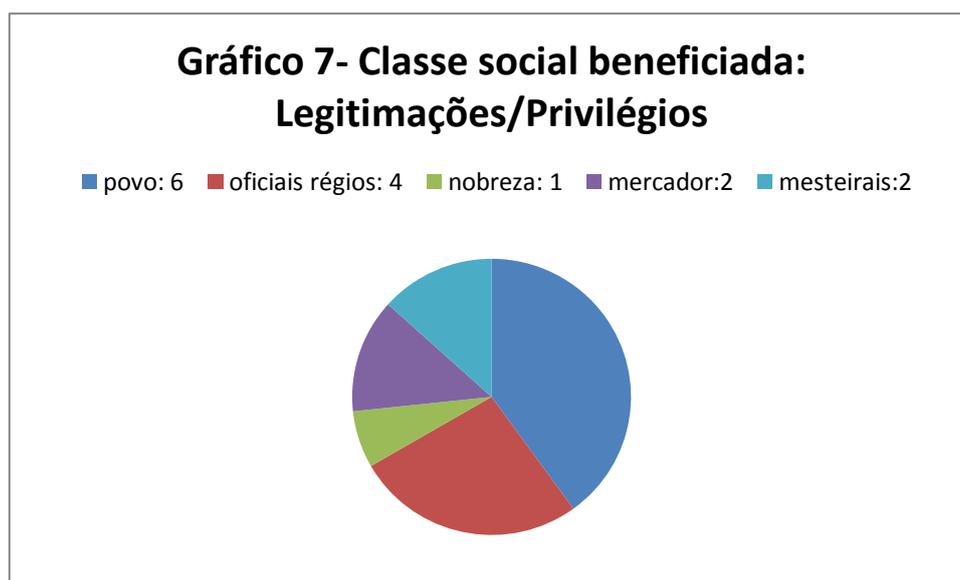
¹⁵⁹ Veja-se a doação citada na nota 60 que também inclui a doação de umas casas a par do armazem do Porto a João Geraldês .

¹⁶⁰ A título de exemplo veja-se: *Chancelarias Portuguesas*, D. João I Vol.III Tomo 2, p.165,doc.635 / *Chancelarias Portuguesas*, D. João I Vol.III Tomo 3,p.212,doc.1155 / *Chancelarias Portuguesas*, D. João I Vol.III Tomo 3,p.67,doc.914.

¹⁶¹ *Chancelarias Portuguesas*, D. João I Vol.IV Tomo 1,p.35,doc.25.

Congostas¹⁶³, tudo propriedades localizadas perto da costa do Rio Douro estando, portanto, dentro da área que estava tradicionalmente na posse do rei¹⁶⁴. No entanto, a restante documentação não possui qualquer indicação relativamente à localização dos imóveis. Posto isto, podemos dizer que o Rei não saiu muito da sua área de conforto no que toca à política patrimonial na cidade do Porto, tendo regra geral, interagindo com propriedades dentro da sua área de maior influência na cidade. Obviamente que a Rua Formosa, pouco tempo após a viragem do século, adquire um papel particularmente importante para a cidade, pois, como é referido por Luís Miguel Duarte e por Luís Carlos Amaral, “a Rua Nova funcionária como base da transferência da jurisdição da cidade e do couto do Porto da Sé para a Coroa.”¹⁶⁵, ocupando portanto, uma fatia considerável das doações e aforamentos produzidos durante o reinado de D. João I.

Resta-nos focar o nosso olhar sobre a natureza dos privilégios que o rei exercia na cidade do Porto, acrescentando agora à equação as legitimações e outros tipos de privilégio¹⁶⁶. O gráfico seguinte procura demonstrar quais os grupos sociais mais beneficiados por este tipo de documentação.



¹⁶² *Chancelarias Portuguesas*, D. João I Vol.III Tomo 3, p.57,doc.893 / *Chancelarias Portuguesas*, D. João I Vol.III Tomo 3, p.57,doc.893.

¹⁶³ *Chancelarias Portuguesas*, D. João I Vol.III Tomo 2,p.72,doc.511.

¹⁶⁴ TEIXEIRA, Helena Lopes, *Porto, 1114/ 1518: A construção da cidade Medieval*, “a sua propriedade era sobretudo composto pela Alfândega, Casa da Moeda, casas e terrenos na Rua Nova e na Rua das Cangostas e casas vizinhas à Alfandega”, p.118.

¹⁶⁵ AMARAL,Luís Carlos ; DUARTE, Luís Miguel,*Os homens que pagaram a Rua Nova...*,p.

¹⁶⁶ Por opção, para esta análise deixamos de fora os privilégios destinados ao concelho.

Juntando no mesmo grupo o povo¹⁶⁷, os mesterais e os mercadores, verificamos que o Rei teve como principal beneficiador dos privilégios desta ordem, membros do terceiro estado sem qualquer afinidade directa à coroa. Contudo, são pessoas cuja ligação à dimensão laica do poder na cidade está devidamente estudada¹⁶⁸, sendo presença habitual nas assembleias municipais e tendo, portanto, um peso e influência consideráveis, funcionando como “representantes dos respetivos mesteres, e até por extensão, dos mesteres e povo”¹⁶⁹. Assim, para além das benesses dadas a título individual anteriormente expostas, alguns mesterais e outros elementos do povo portuense serão beneficiados a um nível mais generalizado, caso dos moleiros do Porto que numa carta dada por D. Fernando em 1369, são isentados de qualquer constrangimento levantado pela edilade eclesiástica local¹⁷⁰. Já os pescadores de Miragaia e de Massarelos, com uma carta de privilégio de 1386 passam a poder descarregar e vender o fruto do seu trabalho numa série de localidades¹⁷¹. Olhando agora especificamente para as legitimações, vemos que o comportamento do rei não se altera. A maior parte dos beneficiários desta documentação, são ou filhos de mercadores¹⁷², ou filhos de oficiais régios. Particularmente no caso dos oficiais régios privilegiados com a legitimação, destaca-se o facto de que por duas vezes, são legitimados o filho do tesoureiro da Sé do Porto¹⁷³ e o próprio tesoureiro do Porto¹⁷⁴, havendo aqui uma aparente vontade de favorecer oficiais ligados a cargos de ordem fiscal.

Feita a análise da relação do rei com a população laica Portuense, penso que podemos tirar uma breve conclusão. Em primeiro lugar, torna-se evidente que ao longo do período estudado, o rei age de modo a colocar o segmento mais forte da população Portuense do seu lado, agraciando-o com privilégios vários e procurando por o concelho do seu lado. Apesar da documentação não nos permitir analisar a fundo de que modo é que isto afectou a elite eclesiástica Portuense, permite-nos ainda assim, verificar que esta fase final do

¹⁶⁷ Neste apartado incluímos alguns indivíduos cuja proveniência social simplesmente não estava indicada na documentação.

¹⁶⁸ Veja-se: MELO, Arnaldo de Sousa, *Os mesterais e o governo urbano do Porto nos séculos XIV e XV*, in: La gobernanza de la Ciudad Europea de la Edad Media, Ed. Jesús Angel Solorzano Telechea, Beatriz Arizaga Bolumboru. Logroño: Instituto de Estudios Riojanos, 2011, pp.323 a 347.

¹⁶⁹ MELO, Arnaldo de Sousa, *Os mesterais e o governo urbano do Porto nos séculos XIV e XV*, p.330

¹⁷⁰ NEVES, João António Mendes, *A "Formosa" Chancelaria: ...*, p.188, doc.30.

¹⁷¹ *Chancelarias Portuguesas*, D. João I Vol.1 Tomo 3, p.43, doc.1039.

¹⁷² Caso da legitimação da filha de Bartolomeu Domingues, mercador do Porto (veja-se : *Chancelarias Portuguesas*, D. João I Vol.IV Tomo 2, p.49, doc.471) e da legitimação da filha de Afonso Esteves Valença, mercador (*Chancelarias Portuguesas*, D. João I Vol.IV Tomo 1, p.265, doc.405.

¹⁷³ *Chancelarias Portuguesas*, D. João I Vol.2 Tomo 2, p.181, doc.923.

¹⁷⁴ *Chancelarias Portuguesas*, D. João I Vol.2 Tomo 3, p.33, doc.1107.

senhorio Episcopal, está marcada por uma aproximação progressiva da coroa junto daqueles que pretendiam o domínio da cidade por oposição à Sé.

O próximo sub-capítulo destina-se a analisar o contacto do Rei com a população eclesiástica Portuense, sendo que iremos usar o mesmo método usado em capítulos anteriores. Ou seja, iremos analisar a documentação proveniente da Chancelaria Régia que vise directamente a população leiga Portuense, tentando saber de que forma é que o rei se relacionou com este segmento da população. Assim sendo, podemos levantar algumas questões: Qual é a tendencia das relações entre o rei e a Sé portuense? Há uma intenção clara de aproximação do rei a esta classe ou a interacção entre ambos pauta-se pelo debate e pelo conflito, mesmo nesta fase final do senhorio eclesiástico?

2.3.2-O rei e o Cabido

Na cronologia sobre a qual se debruça este trabalho científico, o senhorio eclesiástico no Porto atravessa um período complicado. A cidade mantém-se interdita, fruto dos vários conflitos anteriormente explanados, vindo a interdição a ser levantada apenas em 1406, alterando completamente o mapa dos poderes na cidade do Porto. Até essa data, a cidade mantém-se como um couto eclesiástico, sendo que o bispo é o principal responsável pelo seu destino, apesar de sabermos que era de todo o interesse do rei começar a criar condições para a transição do senhorio da cidade, como prova o facto de procurar colocar nos altos cargos eclesiásticos portuenses homens da sua esfera de influência. Devemos antes de mais recordar que, como refere Armando Luís de Carvalho Homem, durante uma parte considerável do reinado fernandino, a sociedade política régia bate-se com um contexto onde há “escassos clérigos e escassos homens de Leis, e cujos agentes ostentam carreiras predominantemente curtas ou escassamente documentadas”¹⁷⁵. Além do mais, o contexto político do fim do reinado de D. Fernando conduziu obviamente a uma reestruturação dos ofícios régios situação que terá algum peso na forma como D. João I irá gerir o seu oficialato. Tendo já demonstrado no gráfico 2 a distribuição tipológica da documentação que visava a população leiga Portuense, resta-nos agora olhar para ela de uma forma mais individual, procurando estar atentos a casos em que um determinado indivíduo aparece mais do que uma vez a ser referenciado na documentação, seja ela de carácter privilegador ou não. Caso exemplar disso é o de João Afonso Aranha, figura

¹⁷⁵ HOMEM, Armando Luís de Carvalho, *Prelados e Clérigos régios no meio-século Joanino...*, p.205.

eclesiástica de grande importância na cidade do Porto, futuro vedor da Fazenda de D. João I e responsável por vários outros cargos importantes durante este reinado, entre os quais se destaca a ascensão à sede episcopal Portuense de 1408 a 1414¹⁷⁶. Este importante prelado aparece pela primeira vez referido na documentação em 1389 quando, sendo ainda morador na cidade do Porto, vai aforar dois lugares em Gaia. Em 1392, Aranha volta a aparecer na documentação da chancelaria joanina, sendo que, desta feita, é já descrito enquanto cônego do Porto, beneficiando de uma doação de cinco casais em Gaia dada no dia 10 de Abril¹⁷⁷. No ano seguinte, são-lhe aforados vários casais localizados a sul de Gaia, só que desta vez é designado apenas como morador¹⁷⁸. Relativamente a isto, há uma série de questões que pensamos serem pertinentes de colocar. Em primeiro lugar, a evidente fixação de João Afonso Aranha pela acumulação de propriedades em Gaia suscita-nos alguma curiosidade. Uma questão que se nos coloca é a de saber porque é que o monarca faz uma doação de vários bens em Gaia e não na cidade ou nos limites desta, sabendo que o rei era aí detentor de algum património. O que é certo, é que este prelado contacta repetidas vezes com o rei, tanto para receber privilégios dele como para estabelecer negócios.

Um outro exemplo de comunicação do rei com os altos dignatários da estrutura eclesiástica portuense é-nos dado pela figura de D. João Esteves de Azambuja¹⁷⁹. Tal como Afonso Aranha, este prelado teve uma carreira bastante profícua no oficialato régio. Enquanto Aranha, antes da viragem do século, era já o Vedor da Fazenda de D. João I¹⁸⁰, D. João Esteves de Azambuja, antes de assumir o grau máximo do episcopado Portuense, tinha desempenhado cargos como oficial do desembargo régio, mais especificamente, como um desembargador do regente e conselheiro do rei¹⁸¹, servindo D. João I enquanto este foi defensor do Reino, como quando já era rei de Portugal¹⁸². A partir do final da década de 80 do século XIV, Azambuja inicia uma profícua carreira eclesiástica, passando pelo episcopado de Silves em 1387 e ascendendo ao lugar de Bispo da cidade do Porto em 1391, cargo que

¹⁷⁶ Sobre a carreira deste importante prelado veja-se: HOMEM, Armando Luís de Carvalho - *Da vedoria da fazenda ao bispado do Porto : a carreira de D. João Afonso Aranha...*, p. 7-14.

¹⁷⁷ *Chancelarias Portuguesas*, D. João I Vol.II Tomo II, doc.599.

¹⁷⁸ *Chancelarias Portuguesas*, D. João I Vol.2 Tomo 2, Pág.81,doc..752.

¹⁷⁹ Sobre a carreira deste prelado veja-se: GRAF, Carlos Eduardo de Verdier, *D. João Esteves da Azambuja ...* Porto: 2011.

¹⁸⁰ HOMEM, Armando Luís de Carvalho, *Prelados e Clérigos régios no meio-século Joanino (1384-1433): Para uma reapreciação de situações*, "João Afonso Aranha irá desaparecer da documentação régia até 1398 (...) Em Setembro, como dissemos, regressa Afonso Aranha, já vedor da Fazenda", p.207.

¹⁸¹ HOMEM, Armando Luís de Carvalho - *O Desembargo Régio : (1320-1433)*, ...,p.110.

¹⁸² GRAF, Carlos Eduardo de Verdier, *D. João Esteves da Azambuja ...*, p.34.

desempenhou até 1398 enquanto mantinha o cargo de conselheiro régio¹⁸³. Dessa forma, Azambuja, ainda que tenha ficado senhor da cidade enquanto esta ainda era dependente do clero, mantinha-se altamente dependente da coroa. A documentação por nós recolhida auxilia esta contextualização, tendo em conta que em 1396, ou seja, quase dez anos antes da transição do senhorio do Porto, é-lhe doada a terra de Salvaterra de Magos, anteriormente pertencente ao seu pai¹⁸⁴. Um contexto semelhante pode ser associado à carreira de João Afonso Aranha. Este, para além de ter desempenhado funções enquanto vedor da fazenda¹⁸⁵, ascende ao episcopado portuense em 1408, já depois da transição do senhorio.

Apontam-se aqui, dois casos em que claramente o rei procura colocar na catedra episcopal Portuense, indivíduos directamente ligados aos seus círculos de governação, e portanto, sobre os quais pode exercer uma influência direta, e, portanto, mais úteis para os seus designios relativamente a uma cidade do Porto num processo de transição ainda a decorrer. Daí que não seja de admirar o tipo de cartas que aparecem nas chancelarias referenciando Afonso Aranha antes de ser bispo do Porto. Claramente, este era um homem com alguma importância na cidade, em quem o rei poderia confiar. Estando relacionado com estes prelados, como aliás anteriormente explicamos, o rei procurou tanto antes como depois da transição do senhorio, ter dentro do grupo eclesiástico portuense alguém que representasse as suas vontades e que estivesse completamente englobado na sua esfera política. Aliás, como já demonstramos, estes indivíduos eram conhecedores dos trâmites da burocracia e do funcionamento das instituições régias, pelo que é natural que o Rei tenha tido todo o interesse em favorecer aquelas que, como Afonso Aranha, eram próximos do oficialato régio¹⁸⁶.

Recordemos o gráfico 2, apresentado anteriormente neste trabalho. Nele, está representada a distribuição tipológica da documentação régia que visava entidades individuais ou colectivas pertencentes ao clero Portuense. Pela sua análise, podemos ter

¹⁸³ HOMEM, Armando Luís de Carvalho, *O Desembargo Régio*, “Em Julho de 1391 já é bispo do Porto . Mantem a qualidade de Conselheiro régio – até à morte aliás (...)”, p.111.

¹⁸⁴ *Chancelarias Portuguesas*, D. João I Vol.II Tomo,p.89,doc..756. Curiosamente, uma carta posterior incluída nos registos de chancelaria, viria a dar conta da doação de Salvaterra a Rui Gomes de Azevedo, criado do rei, em 1396 (*Chancelarias Portuguesas*, D. João I Vol.2 Tomo 2,p.,doc.1061)

¹⁸⁵ HOMEM, Armando Luís de Carvalho - *O Desembargo Régio : (1320-1433)*,vol.2, p.34.

¹⁸⁶ Veja-se o elevado número de oficiais régios beneficiados como está demonstrado no gráfico 6 na página 17 do presente trabalho.

uma noção do tipo de discurso do rei em relação a este segmento da população, sendo que, como já foi anteriormente referido, a coroa age em relação aos clérigos de uma forma essencialmente privilegiadora, tendo verificado também que a totalidade das cartas de privilégio outorgadas, destinavam-se a mosteiros localizados dentro ou nos limites da cidade do Porto, prendendo-se essencialmente com questões relacionadas com direitos de pousadoria e questões de comunicação viária com a cidade . No entanto, a natureza dos documentos destinados a entidades clericais individuais mostra-nos novamente a tendência para o exercício da benevolência régia. Em doze casos de clérigos individuais beneficiados, três dos documentos prendem-se com legitimações de familiares seus, oito são doações¹⁸⁷, e apenas um aforamento. Vendo esta documentação, concluímos que D. João de alguma forma contribuiu para o aumento do património dos clérigos Portuenses. Para além dos casos de Afonso Aranha e D. João Esteves de Azambuja, que já exploramos anteriormente, o rei beneficia ainda quatro abades¹⁸⁸. Dois deles (o abade de Campanhã e o de Santa Maria de Lamas) usufruem da legitimação dos seus filhos¹⁸⁹. Outros dois, o de São Martinho de Lordelo e do mosteiro de Paço de Sousa, são ainda beneficiados durante esta fase. Ao primeiro, o rei doa a ermida de Santa Catarina¹⁹⁰, após o incumprimento da promessa dos antigos donatários de ali erguerem uma capela em honra a Santa Catarina¹⁹¹; ao segundo, o rei concede uma carta de privilégio impedindo que a população usasse umas casas que o referido abade detinha na cidade do Porto¹⁹².

Fazendo uma reapreciação do que expusemos anteriormente, pensamos que a interacção entre a coroa e o clero Portuense adquiriu, nesta fase de mudança de contexto política na cidade, alguns contornos particulares havendo um claro interesse em doar propriedades na cidade ao clero secular, particularmente a mosteiros, que embora não se localizassem dentro dos limites da cidade, interagiam e relacionavam-se com ela sendo por isso, um bom investimento por parte do rei, que procura estender a sua rede de dependências cada vez mais à cidade do Porto.

¹⁸⁷ Sendo que um dos documentos consiste na confirmação de uma doação.

¹⁸⁸ Vejam – os documentos : *Chancelarias Portuguesas*, D. João I Vol.IV Tomo 1,p. ,doc.297 e *Chancelarias Portuguesas*, D. João I Vol.IV Tomo 2,p.146,doc.1223 ambos legitimações de filhos de abades ; *Chancelarias Portuguesas*, D. João I Vol. Tomo, p.199,doc.321 .

¹⁸⁹ Vejam-se os documentos : *Chancelarias Portuguesas*, D. João I Vol.IV Tomo 1,p. ,doc.297 ; *Chancelarias Portuguesas*, D. João I Vol.IV Tomo 2,p.146,doc.1223.

¹⁹⁰ *Chancelarias Portuguesas*, D. João I Vol. Tomo,p.199,doc.321.

¹⁹¹ A primeira doação deste local pode ser consultada em: *Chancelarias Portuguesas*, D. João I Vol.III Tomo 1, p.199,doc.321.

¹⁹² *Chancelarias Portuguesas*, D. João I Vol.III Tomo 1,p. ,doc.42.

A documentação proveniente da chancelaria régia, incorpora assim a visão do oficialato régio. Com a exploração da documentação proveniente da chancelaria episcopal para este período, procuraremos tirar algumas ilações relativamente ao comportamento da Sé portuense no período em estudo.

2.3.3-Documentação episcopal:

Nas linhas que se seguem iremos debruçar-nos apenas sobre documentação oriunda da chancelaria episcopal portuense produzida ao longo da cronologia estudada. Como referimos anteriormente, a totalidade da documentação analisada foi recolhida por Maria João Oliveira e Silva, estando devidamente exposta na sua tese de doutoramento. Seleccionámos dezoito documentos produzidos entre 1370 e 1405, ou seja, compreendem apenas a última fase do senhorio episcopal do Porto, visto que a tese da dita autora, visa analisar a produção da chancelaria episcopal Portuense, apenas durante o período de domínio episcopal .

O gráfico 4 deu-nos uma representação da variedade tipológica deste conjunto de actos, caracterizado por uma particular incidência nas cartas de sentença. Como não podia deixar de ser, a totalidade destes diplomas são favoráveis a entidades religiosas, sendo que há um único caso em que um habitante laico do Porto usufrui de uma contenda judicial julgada a seu favor. Mas que contendas são essas? Separemo-las por reinados. Para o reinado de D. Fernando contamos apenas com dois documentos, ambos associados à mesma sentença que coloca a abadessa do mosteiro de Entre-os-Rios contra dois habitantes do Porto por causa de uma almuinha que esta possuía na cidade¹⁹³. O cabido viria a dar razão à abadessa. Já do reinado de D. João I, chegaram até nós quatro documentos relativos a contendas que interpunham o deão Afonso Martins e o cabido do Porto contra vários indivíduos provenientes de vários estratos da sociedade portuguesa. Um dos casos coloca mesmo o cabido contra um oficial do Rei, ainda que este seja apenas o escrivão do biscoito régio, por causa da renda de umas casas, sendo que a razão fica do lado do cabido¹⁹⁴. Esta é a única sentença dada para este período que coloca frente a frente o cabido e um oficial do Rei, se bem que a motivação por trás desta contenda nada tenha a ver com o período conturbado que a cidade do Porto estava a passar. Fora isto, as restantes sentenças dadas a

¹⁹³ Vejam-se os documentos: IAN/TT, OFM, Província de Portugal, Sta. Clara do Porto, mç.59, doc.18 e IAN/TT, OFM, Província de Portugal, Sta. Clara do Porto, mç.59, doc.20.

¹⁹⁴ ADP, Cart^o Cab., Liv. Originais, 1675, fl.2.

favor do cabido, prendem-se essencialmente com questões de incumprimento do pagamento de prazos sobre propriedades¹⁹⁵. Como referimos anteriormente, haverá apenas um caso, em que a sentença será favorável a um indivíduo laico. Isto acontece em 1380, onde Álvaro Gonçalves, escudeiro, defronta o mosteiro de Pedroso por causa de um prazo, sendo que o mosteiro foi obrigado a cumprir o estipulado no dito acordo¹⁹⁶. Para além destas sentenças, a documentação episcopal produzida durante este período resume-se a alguns prazos dos quais destaco o relativo a uma devesa em Crestuma feito pelo deão e Cabido do Porto a João Afonso Aranha e a duas pessoas depois dele. Mais uma vez, e ainda antes de ascender ao episcopado portuense, Aranha vê a sua representação fora da cidade do Porto a aumentar, desta feita, através da Sé do Porto. Mais uma vez, Aranha volta a explorar um bem do lado de Gaia, local este onde já detinha uma série de propriedades, entre as quais algumas doadas¹⁹⁷ pelo rei revelando uma vez mais, o interesse acrescido do futuro Bispo em explorar Gaia e alargar os seus rendimentos. Para além do mais, esta doação, dada em 1395 e portanto, treze anos antes de este ascender ao cargo de bispo, é reveladora da ligação deste prelado ao cabido, fazendo-nos ver que para além da forte relação com o Rei, Aranha mantinha a sua ligação com o cabido. Seria de esperar que uma passagem pela documentação produzida pela chancelaria episcopal portuense nos fornecesse informações mais consideráveis sobre a interação entre o Rei e a Sé, durante o processo de transição do senhorio da cidade. A partir destas fontes, não obtivemos quaisquer sentenças relativas a contendas entre o Rei e a Igreja, algo natural, tendo em conta que este tipo de conflitos eram, regra geral, resolvidos a partir da acção da Santa Sé. De facto, a relação entre o rei e a igreja portuense estaria restringida a alguns acordos a que já referimos anteriormente, como os tratados de 1392 e 1406, nunca tendo culminado numa acção judicial uma vez que o o bispo e cabido do Porto foram sempre aceitou as promessas dadas por D. João I, relativamente à resolução do interdito e à futura transição do senhorio episcopal. Para além disso, na última década do século XIV, “o interdito já se sentiria pouco ou nada (...)”¹⁹⁸, sinal claro de que o poderio da Sé Portuense estava a perder o fulgor que tinha em séculos passados, estando a diocese enfraquecida, “havendo na Sé quatro

¹⁹⁵ Vejam-se os docs: ADP, Cart^oCab., Liv.Originais,1685, fl.2 (1) ; ADP, Cart^oCab., Liv.Originais,1685, fl.2 (2) ; ADP, Cart^o Cab., Liv.Originais,1685, fl.2 (3); ADP, Cart^oCab., Liv.Originais,1685, fl.2 (4). Ref. por SILVA, Maria João Oliveira, *A escrita na Catedral: A chancelaria episcopal do Porto na Idade Média...*,p.34,anexo 10

¹⁹⁶ AUC, gav.9A,mç.5, nº233.

¹⁹⁷ Recorde-se o documento de 1392 sobre a doação de cinco casais em Gaia a João Afonso Aranha referido mais acima, neste trabalho in: *Chancelarias Portuguesas*, D. João I Vol.II Tomo II, doc.599.

¹⁹⁸ MIRANDA, Flávio, SEQUEIRA, Joana, DUARTE, Luis Miguel, *A cidade e o Mestre...*,p.39.

dignidades, que não eram bastantes para fazerem os officios divinos e pontificais dos prelados com a gravidade e decoro conveniente”¹⁹⁹. Prova clara do enfraquecimento do poder episcopal é a progressiva aproximação ao Rei de alguns clérigos de renome, o que , como já provamos anteriormente, aconteceu com João Afonso Aranha e João Esteves de Azambuja, ambos com ligações ao oficialato e ao conselho régio, algo que os viria a encaminhar até ao episcopado portuense, ao mesmo tempo que os colocava numa esfera de dependência em relação ao rei e, portanto, enfraquecendo a capacidade de acção do poder eclesiástico sobre a cidade. Essa relação de dependência entre a coroa e o clero que terá de certa forma, condicionado a produção documentação de indole judicial relativa a este processo de transição na cidade. Na viragem do século, o episcopado portuense é incapaz de fazer frente ao rei, e a progressiva proximidade dos seus clérigos de topo junto da Coroa abriram caminho para uma transição pacífica do senhorio da cidade.

¹⁹⁹ ALMEIDA, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, nova ed., dir. Damião Peres, Vol 1, ed Portucalense, 1967, (...)”, p.515.

Conclusão:

Chegando ao fim deste estudo, penso que conseguimos gizar de forma pertinente um retrato de uma parte substancial das comunicações entre duas das instituições de poder (Clero e Coroa) que viriam a definir o futuro da cidade do Porto.

Começámos por nos referir ao enquadramento histórico do tema que pretendíamos estudar. Com essa utensilagem teórica, iniciámos a pesquisa documental, no intuito de encontrar nos diplomas medievais elementos que nos permitissem aprofundar, ou compreender melhor, o período em estudo. Assim, através da exposição de fontes, apresentámos o comportamento dos órgãos de poder em relação ao processo de transição que a cidade atravessou desde a viragem do século XIV até a primeira década do século XV. Partindo da análise dos documentos provenientes da Chancelaria Régia relativos a pessoas ou instituições sediadas no Porto, observámos discurso da Coroa relativamente à cidade e aos seus habitantes. A uma abordagem quantitativa, acrescentámos uma análise aprofundada de cada documento, conseguindo determinar o grupo social que era mais vezes contactado e beneficiado pelo Rei ao longo da cronologia apontada. O mesmo fizemos relativamente ao clero, recorrendo para isso à análise de alguns documentos provenientes da chancelaria episcopal portuense, o que nos permitiu perceber o discurso do cabido Portuense na fase final do Porto enquanto couto episcopal. Foi exatamente a conjugação da análise dessas fontes documentais com a da bibliografia selecionada que possibilitou chegar a uma série de conclusões relativas à evolução da realidade política na cidade, proporcionando um melhor conhecimento do processo que vinha já a ser desenhado desde o início do século, quando se entrara na chamada fase de laicização do concelho, e durante o qual, gradualmente, a Coroa se começou a aproximar da cidade do Porto, aumentando a sua capacidade de intervir nos assuntos desta e, em simultaneamente, aproveitar-se dos dividendos de uma atividade mercantil em franco crescimento ao longo deste século. Para além do mais, e conforme fomos focando ao longo do presente estudo, a força do poder episcopal tinha vindo a ser sistematicamente depauperada, face a uma progressiva intromissão de D. João I junto de alguns clérigos bastante destacados do cabido portuense, progressivamente sendo colocados numa esfera de subalternização face ao rei (quer através de doações, quer através da concessão de cargos importantes no oficialato régio). O resultado desta aproximação foi a colocação desses clérigos na dependência do Rei que, por sua vez, os viria a colocar no topo da catedral Portuense. Como pano de fundo de todas as

alterações que se podem constatar, está o facto de a Coroa ter saído com o seu prestígio reforçado, relativamente à população da cidade, após os conflitos associados à crise de 1383-1385.

Por tudo o que ficou dito, este estudo, para além de confirmar o que já alguns autores tinham afirmado a propósito da relação entre o clero da cidade e a Coroa, vem sobretudo acrescentar uma visão baseada em documentação (v.g., doações e outros contratos) que habitualmente não se associa a este tipo de abordagens. No fundo, tratou-se de uma nova forma de retornar a uma velha questão.

Fontes e Bibliografia:

Fontes

1. *Chancelarias Portuguesas, D. João I (1385-1433)*, org. João José Alves Dias, ed. Centro de Estudos Históricos, Universidade Nova de Lisboa, 2006
2. *Descobrimientos Portugueses*. Ed. MARQUES, João Martins da Silva, vol.1, Lisboa : Instituto para a Alta Cultura, 1944-1971, p.128,doc.128
3. *Monumenta Henricina*, vol. 1, ed. Com Executiva do V Centenario da Morte do Infante D. Henrique, Coimbra, 1960-1974
4. *Vereações : anos de 1390-1395 : o mais antigo dos Livros de Vereações do Município do Pôrto existente no seu Arquivo*. Ed. BASTO, A. Magalhães. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1937
5. *Vereações : anos de 1401-1449 : o segundo livro de vereações do município do Porto existente no seu arquivo*. Ed. FERREIRA, João Pinto. Porto : Câmara Municipal do Porto, Gabinete de Histereações do me, Porto, 1980
6. *Vereações : 1431-1432 : Livro I*, Ed. DUARTE, Luís Miguel e MACHADO, João Alberto. Porto : Arquivo Histórico, 1985

Bibliografia

1. AFONSO, Maria Lúcia de Oliveira Lopes, *O Porto segundo o Livro de Vereações de 1559*. Dissertação de mestrado apresentada à FLUP. Porto: 2002
2. ALMEIDA, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, nova ed., dir. Damião Peres, Vol 1, Barcelos: ed Portucalense, 1967
3. ALMEIDA, Paula Cardoso, *O poder dos bispos : de D. Hugo a D. Vicente Mendes*, Matosinhos: Quidnovi, 2010
4. AMARAL, Luís Carlos e DUARTE, Luís Miguel – “Os homens que pagaram a Rua Nova”. in *Revista de História*. Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica – Centro de História da Universidade do Porto. Vol. 06 (1985) pp. 7-96.
5. ANTUNES, José, OLIVEIRA, António Resende de, MONTEIRO, João Gouveia, *Conflitos políticos no reino de Portugal entre a reconquista e a expansão, estado da questão*, Coimbra: Faculdade de Letras, 1984

6. BARROCA, Mário J. , “As escavações de Mendes Correia na Cividade e as origens da cidade do Porto”, in *Arqueologia*, nº10 (1984)
7. COELHO, Maria Helena da Cruz , *D. João I : o que re-colheu Boa Memória*. Mem Martins : Círculo de Leitores, 2005
8. COSTA, Adelaide Lopes Pereira Millan da - *Vereação e vereadores : o governo do Porto em finais do século XV*. Dissertação de mestrado apresentada à FLUP. Porto: 1989
9. COSTA, Adelaide Pereira Millán da, *Projeção espacial de domínios das relações de Poder ao Burgo Portuense (1395-1502)*. Tese de doutoramento apresentada à U.Aberta. Lisboa: 1999
10. *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, dir. AZEVEDO, Carlos Moreira, Lisboa, Círculo de Leitores: 2000-2001
11. GARRIDO, André, *D. Luís Pires : retalhos de vida de um prelado quatrocentista*. Dissertação de Mestrado apresentada à FLUP, Porto: 2007
12. GOMES, Rita Costa, *D. Fernando*. Mem Martins : Círculo de Leitores, 2005
13. GRAF, Carlos Eduardo de Verdier - *D. João Esteves da Azambuja : exemplo da interligação de poderes (séculos XIV e XV)*. Dissertação de mestrado apresentada à FLUP. Porto : 2011
14. FIGUEIREDO, Maria Amélia da Silva Alves dos Santos , *A administração municipal do Porto entre 1488 e 1498 segundo o livro 6 de vereações*. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto: 1996
15. *História da Cidade do Porto*, dir. PERES, Damião, CRUZ, António. Barcelos: Portucalense Editora,1962
16. *Historia de la Iglesia en España*,dir. GARCIA-VILLOSLADA, Ricardo,Vol II: *La Iglesia en la España de los siglos VIII al XIV*, dir. CONDE, Javier Fernandez, Madrid: editorial Católica, 1979
17. *História religiosa de Portugal*, dir. AZEVEDO, CARLOS MOREIRA. Vol. 1, Lisboa: Círculo de Leitores, 2000
18. HOLMES, J. Derek, *História da Igreja Católica*. Lisboa: Edições 70, 2006
19. HOMEM, Armando Luís de Carvalho , Da vedoria da fazenda ao bispado do Porto : a carreira de D. João Afonso Aranha, in: *Humanidades : revista trimestral da Associação de Estudantes da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, n.º 1 (Janeiro de 1982), p. 7-14

20. HOMEM, Armando Luís de Carvalho, *O Desembargo Régio : (1320-1433)*. Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990
21. HOMEM, Armando Luís de Carvalho, *Prelados e Clérigos régios no meio-século Joanino (1384-1433): Para uma reapreciação de situações*. In “Estudos em Homenagem ao prof. Doutor Martim de Albuquerque”, ed. Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa: Coimbra editora, 2010
22. LOURO Laura de Jesus do Paço Viana , *O Porto entre 1485 e 1488, segundo as actas das vereações*. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto: 1997
23. MARQUES, José, CUNHA, Maria Cristina Almeida, *Conflito de jurisdições e documentos judiciais : o caso de Braga*. Braga : Câmara Municipal, 1989
24. MELO, Arnaldo de Sousa, *Os mesterais e o governo urbano do Porto nos séculos XIV e XV*, in “La gobernanza de la Ciudad Europea de la Edad Media”. Ed. Jesús Angel Solorzano Telechea, Beatriz Arizaga Bolumboru. Logroño: Instituto de Estudios Riojanos, 2011, pp.323 a 347
25. MELO, Arnaldo Sousa, DIAS, Henrique, SILVA, Maria João Oliveira, *Palmeiros e Sapateiros: A confraria de S. Crispim e S. Crispiniano do Porto (sécs. XIV a XVI)*.Porto: ed. Fio da Palavra, 2008
26. MIRANDA, Flávio - *A cidade dos mercadores : da luta pelo poder civil às guerras fernandinas*, Matosinhos: Quidnovi, 2010
27. MIRANDA, Flávio, DUARTE, Luís Miguel, SEQUEIRA, Joana - *A cidade e o mestre : entre um rei bastardo e um príncipe perfeito*. Matosinhos: Quidnovi, 2010
28. MONTEIRO, Maria Alexandra Braga Teixeira – *Do Morro da Sé à Cúpula de Roma: D. Antão Martins de Chaves – prelado português do século XV (1423-1447)*. Dissertação de mestrado apresentada à FLUP. Porto: 2008
29. NEVES, João António Mendes,A *"Formosa" Chancelaria: Estudo dos originais da chancelaria de D. Fernando (1367-1383)*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras de Coimbra. Coimbra: 2005
30. OLIVEIRA, Miguel de, *História Eclesiástica de Portugal*, ed. revista e actualizada por A. Roque de Almeida. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1994
31. OLIVEIRA,P.Miguel, *O senhorio da cidade do Porto e as primeiras questões com os Bispos*, in “Lusitania Sacra”, Tomo IV (1959).

32. ORLANDÍS, José, *Historia de la Iglesia*, vol 1: *La Iglesia Antigua y Medieval*, 4ªed. Madrid: Libreria Palabra, 1982
33. PINTO, Maria Helena Barbosa, *A Vereação municipal do Porto em 1545*. Dissertação de mestrado apresentada à FLUP. Porto: 2001
34. RIBEIRO, Luís Mário Araujo, *A transição do Senhorio Episcopal Portucalense para a Coroa em 1406*. Dissertação de mestrado apresentada à FLUP. Porto: 2009
35. SANTOS, Cândido dos, *O Censual da Mitra do Porto : Subsídios para o estudo da diocese nas vésperas do Concílio de Trento*, Porto: Câmara Municipal do Porto, 1973
36. SEABRA, Ricardo Lema Sinde Rosmaninho, *Publicus tabellio in civitatis portugalensis: estudo sobre o tabelionato no Porto medieval (1242 – 1383)*. Dissertação de Mestrado apresentada à FLUP. Porto: 2012
37. SILVA, Maria João Oliveira e, *A escrita na Catedral : a Chancelaria Episcopal do Porto na Idade Média (Estudo Diplomático e Paleográfico)*. CEHR: Centro de Estudos de História Religiosa, 2013
38. SILVA, Maria João Oliveira e, *Scriptores et notatores : a produção documental da Sé do Porto : 1113-1247*. Dissertação de mestrado apresentada à FLUP: Porto, 2006
39. SILVA, Maria João Oliveira e , *A Viela dos Cônegos: o espaço e os homens de uma rua do Porto na Idade Média (1221-1493)*. In “Lusitania Sacra”, 2ª série, vol. 17 (2005) ,pp. 93-116
40. SOARES, Torquato de Sousa, *Subsídios para o estudo da organização municipal da cidade do Pôrto durante a Idade Média*. Barcelos : Companhia Editora do Minho, 1935
41. SOUSA, Armindo de, *Tempos medievais*, in *História do Porto*, dir. RAMOS, Luis A. Oliveira. 3ªedição, Porto: Porto Editora, 2000
42. SOUSA, Armindo de Sousa, *Os bispos do Parto e o Poder Central na Idade Media*. In: “Henrique o navegador: Exposição comemorativa do 6º Centenário do nascimento de do Infante D. Henrique”. Porto: Comissão municipal Infante 94,1994, pp.75 a 78
43. TEIXEIRA, Helena Lopes, *Porto, 1114/ 1518: A construção da cidade Medieval*. Dissertação de mestrado apresentada à FLUP. Porto: 2010
44. *The Cambridge History of Christianity: Vol IV. Christianity in Western Europe c.1100-c.1500*. ed. RUBIN, Mirin, SIMMONS, WALTER, Cambridge University Press: 2009
45. VASCONCELOS, Emília Albertina Sá Pereira de, *Vereações na Câmara do Porto no ano de 1548*. Dissertação de mestrado apresentada à FLUP. Porto: 2001

46. VILAR, Hermínia Vasconcelos, *História da Igreja medieval em Portugal: um percurso possível pelas provas académicas (1995-2000)*. In: *Lusitania Sacra*, 2ª série, vol. 13-14 (2001-2002), pp.569-581.